

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	12
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	23
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	23
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	27
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	28
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	29
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	30
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	32
11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) E BANDEIRAS TARIFÁRIAS	33
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	33
13. INVESTIMENTOS.....	41
14. IMOBILIZADO	58
15. INTANGÍVEIS.....	60
16. FORNECEDORES	62
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	62
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	63
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	68
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	69
21. PROVISÕES	70
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	81
23. RECEITA	83
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	87
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	92
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	93
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	97
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	106
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	108
30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	111
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	111
32. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	111
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	1
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	19

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.693.078	924.632	397.333	256.484
Títulos e Valores Mobiliários	6	910.983	2.426.746	115.291	127.390
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	3.473.277	3.764.477	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	937.602	873.699	-	-
Tributos Compensáveis	8	230.493	175.330	4.818	4.821
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9a	357.030	305.829	-	-
Dividendos a Receber		17.500	62.025	443.179	1.004.796
Fundos Vinculados		1.036	162	132	133
Estoques		38.419	37.264	12	10
Adiantamento a Fornecedores	26	8.739	87.241	-	-
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	11	63.751	71.695	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - RGR		82.302	-	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - CDE		112.091	-	-	-
Outros Créditos		698.061	647.638	15.723	10.224
TOTAL DO CIRCULANTE		8.624.362	9.376.738	976.488	1.403.858
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	6	35.122	83.566	2.989	2.275
Adiantamento a Fornecedores	26	133.603	60.000	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	152.397	133.691	-	-
Tributos Compensáveis	8	236.766	257.851	6.570	6.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	176.304	205.620	176.304	205.620
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	1.605.840	1.498.479	864.108	778.120
Depósitos Vinculados a Litígios	10	1.891.339	1.813.341	496.582	483.264
Outros Créditos		852.333	807.724	18.834	23.255
Ativos Financeiros da Concessão	12	4.878.775	2.659.805	-	-
Investimentos	13	10.144.146	9.744.847	14.533.644	13.412.081
Imobilizado	14	3.798.154	3.940.323	2.313	2.177
Intangíveis	15	10.658.403	10.275.104	1.843	1.918
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		34.563.182	31.480.351	16.103.187	14.915.280
TOTAL DO ATIVO		43.187.544	40.857.089	17.079.675	16.319.138

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Fornecedores	16	1.620.208	1.901.153	8.455	8.765
Encargos Regulatórios	19	395.106	516.983	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		38.389	114.031	1.867	7.986
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	554.814	740.113	20.754	53.123
Imposto de Renda e Contribuição Social	17b	20.834	10.646	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	22	572.832	1.306.815	572.601	1.306.584
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	5.932.547	6.300.359	-	-
Salários e Contribuições Sociais		280.331	220.573	13.629	10.382
Obrigações Pós-emprego	20	191.767	166.990	10.607	9.139
Concessões a Pagar		2.933	2.811	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	12	167.935	-	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	13	1.512.688	1.245.103	1.512.688	1.245.103
Outras Obrigações		498.679	548.495	4.047	5.200
TOTAL DO CIRCULANTE		11.789.063	13.074.072	2.144.648	2.646.282
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	19	337.501	226.413	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	10.336.504	8.866.178	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	739.533	739.711	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	872.437	689.247	-	-
Obrigações Pós-emprego	20	3.223.238	3.086.381	314.566	294.052
Concessões a Pagar		19.049	18.578	-	-
Provisões	21	800.268	754.573	312.162	335.134
Passivo Financeiro da Concessão	12	323.550	-	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	13	177.102	147.614	-	-
Outras Obrigações		313.411	266.646	56.659	59.972
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		17.142.593	14.795.341	683.387	689.158
TOTAL DO PASSIVO		28.931.656	27.869.413	2.828.035	3.335.440
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	22				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.285.698	4.662.723	5.285.698	4.662.723
Ajustes de Avaliação Patrimonial		77.966	102.264	77.966	102.264
Lucros Acumulados		669.265	-	669.265	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		14.251.640	12.983.698	14.251.640	12.983.698
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		4.248	3.978	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.255.888	12.987.676	14.251.640	12.983.698
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		43.187.544	40.857.089	17.079.675	16.319.138

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2016 Reapresentado	30/09/2015 Reapresentado	30/09/2016	30/09/2015
RECEITA LÍQUIDA	23	14.106.738	16.308.298	582	241
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(6.126.458)	(7.268.235)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(741.416)	(767.615)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(623.503)	(789.616)	-	-
		(7.491.377)	(8.825.466)	-	-
OUTROS CUSTOS	24				
Pessoal e Administradores		(981.505)	(793.780)	-	-
Materiais		(28.792)	(31.353)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(35)	(87.882)	-	-
Serviços de Terceiros		(521.118)	(531.719)	-	-
Depreciação e Amortização		(578.255)	(611.073)	-	-
Provisões Operacionais		(121.302)	(124.516)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(917.855)	(779.364)	-	-
Outras		(57.648)	(153.364)	-	-
		(3.206.510)	(3.113.051)	-	-
CUSTO TOTAL		(10.697.887)	(11.938.517)	-	-
LUCRO BRUTO		3.408.851	4.369.781	582	241
DESPESAS OPERACIONAIS	24				
Despesas com Vendas		(282.915)	(110.037)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(473.230)	(435.642)	(33.248)	(35.986)
Despesas com Provisões Operacionais		(310.020)	(189.876)	(280.532)	(189.876)
Outras Despesas Operacionais		(471.889)	(511.327)	(35.809)	(32.805)
		(1.538.054)	(1.246.882)	(349.589)	(258.667)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	47.260	259.854	842.337	2.384.597
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	13	-	729.442	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.918.057	4.112.195	493.330	2.126.171
Receitas Financeiras	25	835.191	557.396	77.057	15.326
Despesas Financeiras	25	(1.888.015)	(1.645.843)	(4.332)	(26.626)
Resultado antes dos Impostos		865.233	3.023.748	566.055	2.114.871
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(148.460)	(739.433)	(11.480)	(3.109)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	(75.940)	(98.470)	85.988	73.715
RESULTADO DO PERÍODO		640.833	2.185.845	640.563	2.185.477
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		640.563	2.185.477	640.563	2.185.477
Participação de acionista não-controlador		270	368	-	-
		640.833	2.185.845	640.563	2.185.477
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial – R\$	22	0,51	1,74	0,51	1,74
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária – R\$	22	0,51	1,74	0,51	1,74

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/16 Reapresentado	Jul a Set/15 Reapresentado	Jul a Set/16	Jul a Set/15
RECEITA LÍQUIDA	23	4.895.606	4.872.866	129	80
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.170.348)	(2.534.554)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(215.504)	(274.972)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(196.494)	(265.694)	-	-
		<u>(2.582.346)</u>	<u>(3.075.220)</u>		
OUTROS CUSTOS	24				
Pessoal e Administradores		(297.678)	(253.891)	-	-
Materiais		(11.704)	(6.540)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(8)	(12.911)	-	-
Serviços de Terceiros		(167.146)	(171.530)	-	-
Depreciação e Amortização		(195.286)	(194.421)	-	-
Provisões Operacionais		(34.468)	(46.613)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(334.122)	(279.701)	-	-
Outras		(18.712)	(48.631)	-	-
		<u>(1.059.124)</u>	<u>(1.014.238)</u>		
CUSTO TOTAL		(3.641.470)	(4.089.458)	-	-
LUCRO BRUTO		1.254.136	783.408	129	80
DESPESAS OPERACIONAIS	24				
Despesas com Vendas		(108.349)	(51.960)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(164.201)	(159.377)	(11.957)	(10.003)
Despesas/reversão de Provisões Operacionais		162.192	(52.851)	165.669	(52.851)
Outras Despesas Operacionais		(185.548)	(142.111)	(12.272)	(12.483)
		<u>(295.906)</u>	<u>(406.299)</u>	<u>141.440</u>	<u>(75.337)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	33.218	164.044	339.631	253.758
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		-	(5.088)	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		991.448	536.065	481.200	178.501
Receitas Financeiras	25	231.256	226.214	5.602	1.904
Despesas Financeiras	25	(654.168)	(595.957)	(1.128)	(22.928)
Resultado antes dos Impostos		568.536	166.322	485.674	157.477
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(69.593)	5.600	757	(3.109)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	(65.441)	(4.968)	(53.034)	12.495
RESULTADO DO PERÍODO		433.502	166.954	433.397	166.863
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		433.397	166.863	433.397	166.863
Participação de acionista não-controlador		105	91	-	-
		<u>433.502</u>	<u>166.954</u>	<u>433.397</u>	<u>166.863</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	22	0,34	0,13	0,34	0,13
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	22	0,34	0,13	0,34	0,13

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
RESULTADO DO PERÍODO	640.833	2.185.845	640.563	2.185.477
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(115)	(318)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	7.415	-	7.300	-
	7.300	(318)	7.300	-
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	(2.441)	35.085	(2.451)	35.071
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(10)	304	-	-
	(2.451)	35.389	(2.451)	35.071
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	645.682	2.220.916	645.412	2.220.548
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	645.517	2.220.548	645.412	2.220.548
Participação de acionista não-controlador	165	368	-	-
	645.682	2.220.916	645.412	2.220.548

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E
2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15	Jul a Set/16	Jul a Set/15
RESULTADO DO PERÍODO	433.502	166.954	433.397	166.863
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	-	(200)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	612	-	612	-
	612	(200)	612	-
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	23.607	23.459	23.607	23.479
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	220	-	-
	23.607	23.679	23.607	23.479
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	457.721	190.433	457.616	190.342
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	457.721	190.342	457.616	190.342
Participação de acionista não-controlador	-	91	-	-
	457.721	190.433	457.616	190.342

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.294.208	1.924.503	4.662.723	102.264	-	12.983.698	3.978	12.987.676
Resultado do período	-	-	-	-	640.563	640.563	270	640.833
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(115)	-	(115)	-	(115)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	4.974	-	4.974	-	4.974
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	4.849	640.563	645.412	270	645.682
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	445	-	(445)	-	-	-
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	-	622.530	-	-	622.530	-	622.530
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(29.147)	29.147	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016	6.294.208	1.924.503	5.285.698	77.966	669.265	14.251.640	4.248	14.255.888
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	4.248	4.248
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	5.285.698	77.966	669.265	14.251.640	-	14.251.640

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.294.208	1.924.503	2.593.868	468.332	-	11.280.911	4.041	11.284.952
Resultado do período	-	-	-	-	2.185.477	2.185.477	368	2.185.845
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(318)	-	(318)	-	(318)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	304	-	304	-	304
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	35.085	-	35.085	-	35.085
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	35.071	2.185.477	2.220.548	368	2.220.916
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos, em 2014, referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	(335)	(335)
Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	-	797.316	-	-	797.316	-	797.316
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(51.989)	51.989	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015	6.294.208	1.924.503	3.391.184	451.414	2.237.466	14.298.775	4.074	14.302.849

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016 Reapresentado	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	640.833	2.185.845	640.563	2.185.477
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	224.400	837.903	(74.508)	(70.606)
Depreciação e Amortização	601.197	628.831	382	724
Perdas nas baixas de Imobilizado e Intangível	61.932	86.517	41	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(47.260)	(259.854)	(842.337)	(2.384.597)
Juros e Variações Monetárias	589.132	832.014	(39.610)	21.669
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	(729.442)	-	-
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	714.237	424.429	280.532	189.876
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros.	937.053	(1.306.434)	-	-
Obrigações Pós-emprego	335.365	270.360	31.458	14.388
	<u>4.056.889</u>	<u>2.970.169</u>	<u>(3.479)</u>	<u>(43.069)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	16.995	(878.683)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	341.259	1.193.190	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	7.944	178.325	-	-
Tributos Compensáveis	(34.078)	(15.368)	3	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(129.246)	(82.605)	29.316	26.510
Transporte de Energia	(27.416)	(6.245)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(35.383)	(27.346)	(3.210)	(1.213)
Dividendos recebidos de Participações	445.178	345.489	713.900	471.219
Ativo Financeiro da Concessão	(2.174.997)	7.415	-	-
Adiantamento a Fornecedores	(41.929)	(75.303)	-	-
Outros	(64.848)	(231.323)	(1.080)	26.206
	<u>(1.696.521)</u>	<u>407.546</u>	<u>738.929</u>	<u>522.719</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(280.945)	83.991	(310)	(434)
Impostos, Taxas e Contribuições	(185.477)	115.697	(32.369)	(30.839)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	75.934	(1.379)	2.314	(436)
Salários e Contribuições Sociais	59.758	31.430	3.247	1.278
Encargos Regulatórios	(10.789)	384.594	-	-
Obrigações Pós-emprego	(173.731)	(150.137)	(9.476)	(8.019)
Outros	(189.349)	134.671	(17.002)	(4.968)
	<u>(704.599)</u>	<u>598.867</u>	<u>(53.596)</u>	<u>(43.418)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.655.769	3.976.582	681.854	436.232
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(1.320.119)	(850.969)	-	(2.673)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(106.956)	(736.881)	(13.794)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u><u>228.694</u></u>	<u><u>2.388.732</u></u>	<u><u>668.060</u></u>	<u><u>433.559</u></u>

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016 Reapresentado	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	1.465.227	(104.969)	11.385	(163.342)
Em Ativos Financeiros	--	(88.732)	-	-
Fundos Vinculados	(874)	900	1	140
Em Investimentos	(724.750)	(453.273)	(426.660)	(105.430)
Aquisição de participação em investidas	-	(309.684)	-	-
Aporte em Investidas	(724.750)	(143.589)	(426.660)	(105.430)
Em Imobilizado	(61.332)	(59.711)	(484)	(1.572)
Em Intangível	(779.462)	(622.600)	-	(532)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(101.191)	(1.328.385)	(415.758)	(270.736)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos e Debêntures	2.858.644	4.091.692	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	(2.106.248)	(4.304.328)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(111.453)	(128.797)	(111.453)	(128.797)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	640.943	(341.433)	(111.453)	(128.797)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	768.446	718.914	140.849	34.026
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	924.632	887.143	256.484	113.336
No fim do exercício	1.693.078	1.606.057	397.333	147.362
	768.446	718.914	140.849	34.026

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2016 Reapresentado		30/09/2015 Reapresentado		30/09/2016		30/09/2015	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	20.211.783		23.493.230		641		241	
Receita de Construção de Distribuição	881.450		690.632		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	36.405		88.732		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	212.185		-		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (h)	6.638		282.663					
Receita de Indenização de Transmissão	692.211		60.549		-		-	
Investimento em Imobilizado	40.287		21.721		-		-	
Outras Receitas	3.905		3.657		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(282.915)		(110.037)		-		-	
	21.801.949		24.531.147		641		241	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.734.311)		(7.953.314)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(825.611)		(848.021)		-		-	
Serviços de Terceiros	(904.721)		(931.166)		(6.226)		(6.517)	
Gás Comprado para Revenda	(623.503)		(789.616)		-		-	
Materiais	(521.118)		(461.742)		(52)		(192)	
Outros Custos Operacionais	(740.543)		(567.624)		(291.438)		(202.576)	
	(10.349.807)		(11.551.483)		(297.716)		(209.285)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.452.142		12.979.664		(297.075)		(209.044)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(601.197)		(628.831)		(382)		(724)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	10.850.945		12.350.833		(297.457)		(209.768)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	47.260		259.854		842.337		2.384.597	
Receitas Financeiras	835.191		557.396		77.057		15.326	
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-		729.442		-		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.733.396		13.897.525		621.937		2.190.155	

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2016 Reapresentado		30/09/2015 Reapresentado		30/09/2016		30/09/2015	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.386.236	11,8	1.270.705	9,14	48.232	7,76	44.424	2,02
Remuneração direta	856.959	7,30	914.284	6,58	13.137	2,12	30.969	1,41
Benefícios	371.145	3,16	306.113	2,20	28.511	4,58	12.287	0,56
FGTS	65.213	0,56	50.308	0,36	1.261	0,20	1.168	0,05
Programa de Desligamento de Empregados	92.919	0,79	-	-	5.323	0,86	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	7.631.496	65,0	8.609.182	61,95	(71.696)	(11,53)	(66.906)	(3,05)
Federais	3.746.798	31,9	5.316.656	38,26	(71.965)	(11,57)	(67.087)	(3,05)
Estaduais	3.875.582	33,0	3.285.025	23,64	77	0,01	109	-
Municipais	9.116	0,08	7.501	0,05	192	0,03	72	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.074.831	17,6	1.831.793	13,18	4.838	0,78	27.160	1,24
Juros	2.004.756	17,0	1.751.096	12,60	4.332	0,70	26.626	1,22
Aluguéis	70.075	0,60	80.697	0,58	506	0,08	534	0,02
Remuneração de Capitais Próprios	640.833	5,46	2.185.845	15,73	640.563	102,99	2.185.477	99,79
Lucros Retidos	640.563	5,46	2.185.477	15,73	640.563	102,99	2.185.477	99,79
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	270	-	368	-	-	-	-	-
	11.733.396	100,00	13.897.525	100,00	621.937	100,00	2.190.155	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
DE 2016**

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Cemig D durante a vigência do novo prazo de concessão.

Em 30 de setembro de 2016, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante Consolidado em R\$3.164.701. Esse excesso decorre, principalmente, de novos financiamentos obtidos em 2015, com vencimento no curto prazo, para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia, transferência de debêntures do longo para o curto prazo e da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.512.688 em setembro de 2016. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. No caso específico, a Companhia efetuou, em 2016, algumas negociações que resultaram na emissão de cédula de crédito bancário e de debêntures para a Cemig D, nos montantes líquidos de R\$675 milhões e R\$1.575 milhões, respectivamente, e emissão de notas promissórias para a Cemig GT no montante de R\$605 milhões, em julho de 2016. Vide mais detalhes nas notas explicativas números 18 e 32.

Adicionalmente, encontram-se em andamento, negociações com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento previsto para 2016. Cabe destacar que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$228.694 em setembro de 2016 e R\$2.388.732 em setembro de 2015.

Em 30 de setembro de 2016, o Passivo Circulante da Controladora excedeu o Ativo Circulante em R\$1.168.160. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da provisão dos dividendos a pagar no montante de R\$572.601 e da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.512.688 em setembro de 2016. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A Controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo nas suas operações de R\$668.060 em setembro de 2016 e R\$433.559 em setembro de 2015.

O Estatuto Social da Companhia estabelece determinadas metas de endividamento e investimentos que deverão ser cumpridas pela Administração da Companhia. Entretanto, na Assembleia Geral Ordinária de 30 de maio de 2016 foi autorizada a ultrapassagem desses indicadores excepcionalmente para o exercício de 2016, conforme tabela abaixo:

	Meta do Estatuto	Ultrapassagem autorizada na AGO
Endividamento consolidado/Lajida	2,00	4,12
Dívida Líquida/Dívida Líquida + Patrimônio Líquido	40,00%	52,00%
Investimento de capital e aquisição de quaisquer ativos/Lajida	40,00%	146,00%

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016 e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2016, bem como com as demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2015 reapresentadas em 11 de novembro de 2016. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 13.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de novembro de 2016, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias. Estas Informações Contábeis Intermediárias, para o período findo em 30 de setembro de 2016, reapresentadas, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de abril de 2017 e refletem o efeito dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3 destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2015 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de setembro de 2016.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período de janeiro a setembro de 2016 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2015	30/09/2016	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	29	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Depósitos Vinculados a Litígios
12	11	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) e da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
13	12	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangível
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	21	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
32	31	Transações não Envolvendo Caixa
33	32	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2015 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

2.3 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

A Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

- i. Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício

Adicionalmente, em função de alteração na interpretação da apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015, registrado como Ativo Financeiro no balanço patrimonial, a Companhia procedeu alteração do fluxo de caixa, transferindo o caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga para a atividade operacional originalmente apresentada como atividade de investimento.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (i) a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado referente ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição e (ii) a Companhia procedeu a alteração da apresentação do fluxo de caixa para adequada apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga na atividade operacional no fluxo de caixa.

Essas alterações não provocaram nenhum efeito nos balanços patrimoniais, no lucro líquido, nas demonstrações de resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido.

Segue abaixo os efeitos das alterações mencionadas, com efeitos nas demonstrações de resultado, fluxo de caixa consolidado e do valor adicionado:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	30/09/2016	Reclassif.	30/09/2016 Reapresentado	30/09/2015	Reclassific.	30/09/2015 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	14.100.100	6.638	14.106.738	16.025.635	282.663	16.308.298
CUSTOS OPERACIONAIS						
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.126.458)	-	(6.126.458)	(7.268.235)	-	(7.268.235)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(741.416)	-	(741.416)	(767.615)	-	(767.615)
Gás Comprado para Revenda	(623.503)	-	(623.503)	(789.616)	-	(789.616)
	<u>(7.491.377)</u>	<u>-</u>	<u>(7.491.377)</u>	<u>(8.825.466)</u>	<u>-</u>	<u>(8.825.466)</u>
OUTROS CUSTOS						
Pessoal e Administradores	(981.505)	-	(981.505)	(793.780)	-	(793.780)
Materiais	(28.792)	-	(28.792)	(31.353)	-	(31.353)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(35)	-	(35)	(87.882)	-	(87.882)
Serviços de Terceiros	(521.118)	-	(521.118)	(531.719)	-	(531.719)
Depreciação e Amortização	(578.255)	-	(578.255)	(611.073)	-	(611.073)
Provisões Operacionais	(121.302)	-	(121.302)	(124.516)	-	(124.516)
Custo de Construção de Infraestrutura	(917.855)	-	(917.855)	(779.364)	-	(779.364)
Outras	(57.648)	-	(57.648)	(153.364)	-	(153.364)
	<u>(3.206.510)</u>	<u>-</u>	<u>(3.206.510)</u>	<u>(3.113.051)</u>	<u>-</u>	<u>(3.113.051)</u>
CUSTO TOTAL	(10.697.887)	-	(10.697.887)	(11.938.517)	-	(11.938.517)
LUCRO BRUTO	3.402.213	6.638	3.408.851	4.087.118	282.663	4.369.781
DESPESAS OPERACIONAIS						
Despesas com Vendas	(282.915)	-	(282.915)	(110.037)	-	(110.037)
Despesas Gerais e Administrativas	(473.230)	-	(473.230)	(435.642)	-	(435.642)
Despesas com Provisões Operacionais	(310.020)	-	(310.020)	(189.876)	-	(189.876)
Outras Despesas Operacionais	(471.889)	-	(471.889)	(511.327)	-	(511.327)
	<u>(1.538.054)</u>	<u>-</u>	<u>(1.538.054)</u>	<u>(1.246.882)</u>	<u>-</u>	<u>(1.246.882)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	47.260	-	47.260	259.854	-	259.854
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	-	729.442	-	729.442
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	1.911.419	6.638	1.918.057	3.829.532	282.663	4.112.195
Receitas Financeiras	841.829	(6.638)	835.191	840.059	(282.663)	557.396
Despesas Financeiras	(1.888.015)	-	(1.888.015)	(1.645.843)	-	(1.645.843)
Resultado antes dos Impostos	865.233	-	865.233	3.023.748	-	3.023.748
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(148.460)	-	(148.460)	(739.433)	-	(739.433)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(75.940)	-	(75.940)	(98.470)	-	(98.470)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	640.833	-	640.833	2.185.845	-	2.185.845
Total do resultado do exercício atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores	640.563	-	640.563	2.185.477	-	2.185.477
Participação de acionista não-controlador	270	-	270	368	-	368
	<u>640.833</u>	<u>-</u>	<u>640.833</u>	<u>2.185.845</u>	<u>-</u>	<u>2.185.845</u>
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação preferencial	0,51	-	0,51	1,74	-	1,74
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária	0,51	-	0,51	1,74	-	1,74

	Jun a Set/2016	Reclassif.	Jun a Set/2016 Reapresentado	Jun a set/2015	Reclassific.	Jun a set/2015 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	4.894.293	1.313	4.895.606	4.783.876	88.990	4.872.866
CUSTOS OPERACIONAIS						
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.170.348)	-	(2.170.348)	(2.534.554)	-	(2.534.554)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(215.504)	-	(215.504)	(274.972)	-	(274.972)
Gás Comprado para Revenda	(196.494)	-	(196.494)	(265.694)	-	(265.694)
	<u>(2.582.346)</u>	<u>-</u>	<u>(2.582.346)</u>	<u>(3.075.220)</u>	<u>-</u>	<u>(3.075.220)</u>
OUTROS CUSTOS						
Pessoal e Administradores	(297.678)	-	(297.678)	(253.891)	-	(253.891)
Materiais	(11.704)	-	(11.704)	(6.540)	-	(6.540)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(8)	-	(8)	(12.911)	-	(12.911)
Serviços de Terceiros	(167.146)	-	(167.146)	(171.530)	-	(171.530)
Depreciação e Amortização	(195.286)	-	(195.286)	(194.421)	-	(194.421)
Provisões Operacionais	(34.468)	-	(34.468)	(46.613)	-	(46.613)
Custo de Construção de Infraestrutura	(334.122)	-	(334.122)	(279.701)	-	(279.701)
Outras	(18.712)	-	(18.712)	(48.631)	-	(48.631)
	<u>(1.059.124)</u>	<u>-</u>	<u>(1.059.124)</u>	<u>(1.014.238)</u>	<u>-</u>	<u>(1.014.238)</u>
CUSTO TOTAL	(3.641.470)	-	(3.641.470)	(4.089.458)	-	(4.089.458)
LUCRO BRUTO	1.252.823	1.313	1.254.136	694.418	88.990	783.408
DESPESAS OPERACIONAIS						
Despesas com Vendas	(108.349)	-	(108.349)	(51.960)	-	(51.960)
Despesas Gerais e Administrativas	(164.201)	-	(164.201)	(159.377)	-	(159.377)
Despesas com Provisões Operacionais	162.192	-	162.192	(52.851)	-	(52.851)
Outras Despesas Operacionais	(185.548)	-	(185.548)	(142.111)	-	(142.111)
	<u>(295.906)</u>	<u>-</u>	<u>(295.906)</u>	<u>(406.299)</u>	<u>-</u>	<u>(406.299)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.218	-	33.218	164.044	-	164.044
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	-	(5.088)	-	(5.088)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	990.135	1.313	991.448	447.075	88.990	536.065
Receitas Financeiras	232.569	(1.313)	231.256	315.204	(88.990)	226.214
Despesas Financeiras	(654.168)	-	(654.168)	(595.957)	-	(595.957)
Resultado antes dos Impostos	568.536	-	568.536	166.322	-	166.322
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(69.593)	-	(69.593)	5.600	-	5.600
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(65.441)	-	(65.441)	(4.968)	-	(4.968)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	433.502	-	433.502	166.954	-	166.954
Total do resultado do exercício atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores	433.397	-	433.397	166.863	-	166.863
Participação de acionista não-controlador	105	-	105	91	-	91
	<u>433.502</u>	<u>-</u>	<u>433.502</u>	<u>166.954</u>	<u>-</u>	<u>166.954</u>
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação preferencial	0,34	-	0,34	0,13	-	0,13
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária	0,34	-	0,34	0,13	-	0,13

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	30/09/2016		Reclassific.	30/09/2016 Reapresentado	
RECEITAS					
Venda de Energia, Gás e Serviços	20.211.783		-	20.211.783	
Receita de Construção de Distribuição	881.450		-	881.450	
Receita de Construção de Transmissão	36.405		-	36.405	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	212.185		-	212.185	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-		6.638	6.638	
Receita de Indenização de Transmissão	692.211		-	692.211	
Investimento em Imobilizado	40.287		-	40.287	
Outras Receitas	3.905		-	3.905	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(282.915)		-	(282.915)	
	21.795.311		6.638	21.801.949	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.734.311)		-	(6.734.311)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(825.611)		-	(825.611)	
Serviços de Terceiros	(904.721)		-	(904.721)	
Gás Comprado para Revenda	(623.503)		-	(623.503)	
Materiais	(521.118)		-	(521.118)	
Outros Custos Operacionais	(740.543)		-	(740.543)	
	(10.349.807)		-	(10.349.807)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.445.504		6.638	11.452.142	
RETENÇÕES					
Depreciação e Amortização	(601.197)		-	(601.197)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	10.844.307		6.638	10.850.945	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de Equivalência Patrimonial	47.260		-	47.260	
Receitas Financeiras	841.829		(6.638)	835.191	
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-		-	-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.733.396		-	11.733.396	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		%			%
Empregados	1.386.236	11,44	-	1.386.236	11,44
Remuneração direta	856.959	7,82	-	856.959	7,82
Benefícios	371.145	3,06	-	371.145	3,06
FGTS	65.213	0,57	-	65.213	0,57
Programa de Desligamento de Empregados	92.919		-	92.919	
Impostos, Taxas e Contribuições	7.631.496	70,51	-	7.631.496	70,51
Federais	3.746.798	36,49	-	3.746.798	36,49
Estaduais	3.875.582	33,91	-	3.875.582	33,91
Municipais	9.116	0,11	-	9.116	0,11
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.074.831	17,92	-	2.074.831	17,92
Juros	2.004.756	17,30	-	2.004.756	17,30
Aluguéis	70.075	0,62	-	70.075	0,62
Remuneração de Capitais Próprios	640.833	0,13	-	640.833	0,13
Lucros (Prejuízos) Retidos	640.563	0,13	-	640.563	0,13
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	270	-	-	270	-
	11.733.396	100,00	-	11.733.396	100,00

	30/09/2015		Reclassific.	30/09/2015 Reapresentado	
RECEITAS					
Venda de Energia, Gás e Serviços	23.493.230		-	23.493.230	
Receita de Construção de Distribuição	690.632		-	690.632	
Receita de Construção de Transmissão	88.732		-	88.732	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	-		-	-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-		282.663	282.663	
Receita de Indenização de Transmissão	60.549		-	60.549	
Investimento em Imobilizado	21.721		-	21.721	
Outras Receitas	3.657		-	3.657	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.037)		-	(110.037)	
	24.248.484		282.663	24.531.147	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.953.314)		-	(7.953.314)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(848.021)		-	(848.021)	
Serviços de Terceiros	(931.166)		-	(931.166)	
Gás Comprado para Revenda	(789.616)		-	(789.616)	
Materiais	(461.742)		-	(461.742)	
Outros Custos Operacionais	(567.624)		-	(567.624)	
	(11.551.483)		-	(11.551.483)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	12.697.001		282.663	12.979.664	
RETENÇÕES					
Depreciação e Amortização	(628.831)		-	(628.831)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	12.068.170		282.663	12.350.833	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de Equivalência Patrimonial	259.854		-	259.854	
Receitas Financeiras	840.059		(282.663)	557.396	
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	729.442		-	729.442	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	13.897.525		-	13.897.525	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		%			%
Empregados	1.270.705	11,44	-	1.270.705	11,44
Remuneração direta	914.284	7,82	-	914.284	7,82
Benefícios	306.113	3,06	-	306.113	3,06
FGTS	50.308	0,57	-	50.308	0,57
Programa Desligamento de Empregados	-	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	8.609.182	70,51	-	8.609.182	70,51
Federais	5.316.656	36,49	-	5.316.656	36,49
Estaduais	3.285.025	33,91	-	3.285.025	33,91
Municipais	7.501	0,11	-	7.501	0,11
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.831.793	17,92	-	1.831.793	17,92
Juros	1.751.096	17,30	-	1.751.096	17,30
Aluguéis	80.697	0,62	-	80.697	0,62
Remuneração de Capitais Próprios	2.185.845	0,13	-	2.185.845	0,13
Lucros (Prejuízos) Retidos	2.185.477	0,13	-	2.185.477	0,13
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	368	-	-	368	-
	13.897.525	100,00	-	13.897.525	100,00

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxo de caixa	Consolidado		
	30/09/2016	Ajustes	30/09/2016 Reapresentado
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	2.520.660	(2.291.966)	228.694
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(2.393.157)	2.291.966	(101.191)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	640.943	-	640.943
Varição líquida do Caixa e equivalentes de caixa	768.446	-	768.446

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/09/2016
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará e São Simão

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais do Contrato de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão, conforme segue:

Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”)

Conforme previsto no Contrato de Concessão da Usina Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia (“MME”) indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Considerando a situação atual da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu, até setembro de 2016, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que ainda está em discussão judicial. Este ativo, com base nos termos do contrato de concessão, é considerado como recuperável por montante superior ao registrado.

Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo “ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013”.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Contas Bancárias	43.487	51.939	4.438	4.161
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.312.782	722.738	358.193	234.754
Overnight	330.511	127.916	34.702	17.569
Letras Financeiras do Tesouro	6.296	5.659	-	-
Outros	2	16.380	-	-
	<u>1.649.591</u>	<u>872.693</u>	<u>392.895</u>	<u>252.323</u>
	<u>1.693.078</u>	<u>924.632</u>	<u>397.333</u>	<u>256.484</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 75% a 108,5% conforme operação).

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por

letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 14,14% a.a.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	92.278	1.716.944	19.468	30.804
Letras Financeiras - Bancos	597.600	460.639	65.882	61.989
Letras Financeiras do Tesouro	155.681	87.938	13.891	12.588
Debêntures	63.365	160.332	15.428	21.590
Outros	2.059	893	622	419
	910.983	2.426.746	115.291	127.390
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	22.066	42.011	-	-
Letras Financeiras - Bancos	13.056	41.367	1.371	2.249
Outros	-	188	1.618	26
	35.122	83.566	2.989	2.275
	946.105	2.510.312	118.280	129.665

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 98,5% a 109% conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 108% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 27. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 26.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2016	31/12/2015
Fornecimento Faturado	1.146.817	683.913	663.437	2.494.167	2.412.520
Fornecimento não Faturado	1.001.812	-	-	1.001.812	1.125.479
Suprimento a Outras Concessionárias	212.784	44.722	5.173	262.679	98.814
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	39.886	15.126	1.029	56.041	516.362
Concessionários – Transporte de Energia	186.178	8.877	202.699	397.754	370.438
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(586.779)	(586.779)	(625.445)
	2.587.477	752.638	285.559	3.625.674	3.898.168
Ativo Circulante				3.473.277	3.764.477
Ativo não Circulante				152.397	133.691

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2016	31/12/2015
Residencial	163.155	210.957
Industrial	128.762	135.925
Comércio, Serviços e Outras	131.248	116.684
Rural	15.311	18.877
Poder Público	9.367	11.546
Iluminação Pública	5.150	5.052
Serviço Público	13.856	9.783
Encargos de Uso de Rede - TUSD	111.413	111.513
Outros	8.517	5.108
	586.779	625.445

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) do período de janeiro a setembro de 2016 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	649.850
Constituições	110.037
Baixas	(68.384)
Saldo em 30 de setembro de 2015	691.503
Saldo em 31 de dezembro de 2015	625.445
Constituições	282.915
Baixas	(321.581)
Saldo em 30 de setembro de 2016	586.779

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Circulante				
ICMS a Recuperar	156.853	113.459	3.523	3.432
PIS-PASEP	14.945	9.477	-	-
COFINS	48.380	43.755	1	-
Outros	10.315	8.639	1.294	1.389
	<u>230.493</u>	<u>175.330</u>	<u>4.818</u>	<u>4.821</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	176.415	182.504	4.754	4.754
PIS-PASEP	10.291	12.966	4	4
COFINS	47.833	60.155	16	16
Outros	2.227	2.226	1.796	1.796
	<u>236.766</u>	<u>257.851</u>	<u>6.570</u>	<u>6.570</u>
	<u>467.259</u>	<u>433.181</u>	<u>11.388</u>	<u>11.391</u>

Os créditos de PIS-PASEP, COFINS e ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas novas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2017.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Circulante				
Imposto de Renda	253.898	225.638	-	-
Contribuição Social	103.132	80.191	-	-
	<u>357.030</u>	<u>305.829</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	147.219	191.978	147.219	191.978
Contribuição Social	29.085	13.642	29.085	13.642
	<u>176.304</u>	<u>205.620</u>	<u>176.304</u>	<u>205.620</u>
	<u>533.334</u>	<u>511.449</u>	<u>176.304</u>	<u>205.620</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	284.373	236.168	229.572	234.529
Provisões	829.282	712.999	620.449	537.281
Obrigações Pós-Emprego	888.459	830.748	97.117	89.509
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	196.922	210.072	7.192	7.195
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	201.181	199.571	-	-
Concessão Onerosa	8.196	9.000	-	-
Outros	37.864	54.378	514	2.214
Total	2.446.277	2.252.936	954.844	870.728
Obrigações Diferidas				
Custo de Captação	(29.548)	(20.532)	-	-
Custo atribuído	(270.398)	(279.575)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(485.968)	(499.403)	(90.736)	(92.608)
Encargos Financeiros Capitalizados	(143.416)	(107.676)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(3.726)	(1.821)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(496.872)	(261.521)	-	-
Atualização de Ativo Financeiro	(281.924)	(273.155)	-	-
Outros	(1.022)	(21)	-	-
Total	(1.712.874)	(1.443.704)	(90.736)	(92.608)
Total Líquido	733.403	809.232	864.108	778.120
Total do Ativo	1.605.840	1.498.479	864.108	778.120
Total do Passivo	(872.437)	(689.247)	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Resultado antes dos Impostos	865.233	3.023.748	566.055	2.114.871
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(294.179)	(1.028.074)	(192.459)	(719.056)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(19)	67.655	265.726	789.067
Ganho por variação no percentual de participação da Aliança Geração	-	88.392	-	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.580)	(4.284)	-	-
Incentivo Fiscal	3.184	27.241	69	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	(697)	-	(1)
Diferença de Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro Real	79.861	22.343	-	-
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Multas Indedutíveis	(12.194)	(5.618)	(14)	(14)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(9.268)	(8.115)	-	-
Outros	10.795	3.254	1.186	610
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	(224.400)	(837.903)	74.508	70.606
Alíquota Efetiva	25,94%	27,71%	13,16%	3,34%
Imposto Corrente	(148.460)	(739.433)	(11.480)	(3.109)
Imposto Diferido	(75.940)	(98.470)	85.988	73.715

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Resultado antes dos Impostos	568.536	166.322	485.674	157.477
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(193.302)	(56.549)	(165.129)	(53.542)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Líquido dos efeitos de JCP)	9.832	32.211	112.486	62.917
Contribuições e Doações Inadutíveis	(776)	(2.469)	-	-
Incentivo Fiscal	2.075	22.939	19	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.586	(158)	66	(5)
Diferença de Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro Real	45.575	7.250	-	-
Multas Inadutíveis	(4.612)	(1.189)	-	(11)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.111)	(2.575)	-	-
Outros	7.699	1.172	281	27
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	(135.034)	632	(52.277)	9.386
Alíquota Efetiva	23,75%	0,38%	10,76%	5,96%
Imposto Corrente	(69.593)	5.600	757	(3.109)
Imposto Diferido	(65.441)	(4.968)	(53.034)	12.495

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Trabalhista	395.250	367.440	36.625	36.996
Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.774	-	-
PASEP/COFINS (1)	744.909	751.318	-	10.604
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	-	35.674	-	-
ITCD	44.557	33.848	44.117	42.711
IPTU	70.009	67.637	59.533	72.113
FINSOCIAL	36.746	23.343	36.746	29.962
Outros	242.560	185.439	40.904	15.029
	1.153.555	1.112.033	181.300	170.419
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	59.075	56.523	26.767	24.253
Responsabilidade Civil	13.187	9.810	6.251	5.757
Relações de Consumo	5.596	3.779	1.519	1.489
Bloqueio Judicial	10.634	11.783	3.287	3.288
Outros	14.597	12.528	1.388	1.617
	342.534	333.868	278.657	275.849
	1.891.339	1.813.341	496.582	483.264

- (1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17;
- (2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 21.

11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) E BANDEIRAS TARIFÁRIAS

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da CDE.

Em 30 de setembro de 2016, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$600.356 (R\$586.150 em 30 de setembro de 2015). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$63.751 (R\$71.695 em 31 de dezembro de 2015), reconhecidos no ativo circulante.

Repasse da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”)

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Durante o ano de 2016, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$341.259 (R\$788.771 no mesmo período de 2015) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Ativos Financeiros da Concessão	30/09/2016	31/12/2015
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Transmissão	471.964	401.139
Concessões de Distribuição	199.980	135.983
Indenização a Receber - transmissão	1.746.340	1.054.129
Indenizações a Receber - geração	546.958	546.424
Ativos de Geração - Ativos Remunerados por Tarifa	-	46.173
Bonificação pela Outorga - Usinas Leilão 12/2015	2.246.296	-
	<u>5.211.538</u>	<u>2.183.848</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	604.839	1.349.656
Total	<u>5.816.377</u>	<u>3.533.504</u>
Ativo Circulante	937.602	873.699
Ativo Não Circulante	4.878.775	2.659.805

Passivos Financeiros da Concessão	30/09/2016	31/12/2015
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	491.485	-
Passivo Circulante	167.935	-
Passivo Não Circulante	323.550	-

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, a valores de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização a Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP").

O custo de capital correspondente aos ativos será composto por parcelas de remuneração e depreciação.

A atualização será pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverá ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos, com ressarcimento pela RAP.

A Portaria ainda depende de definições, por isso em 14 de outubro de 2016 foi aberta a Audiência Pública nº068/2016 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação do cálculo do custo de capital a ser adicionado à RAP das concessionárias de transmissão. O período para envio das contribuições é 14 de outubro de 2016 a 14 de novembro de 2016

Considerando que a Portaria nº120 prevê que custo de capital será composto por parcelas de Remuneração e Depreciação (QRR) a Companhia, com base nas melhores informações disponíveis, procedeu os ajustes necessários apurando os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	892.050
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 09/2016	854.290
Total Indenização	1.746.340

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria.

Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não depreciados/amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão, julho de 2015, e montam R\$546.958.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 30/09/2016	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 30/09/2016
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.923
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
		679,70	109.000	546.958

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que o valor registrado refere-se a melhor estimativa de indenização considerando as informações disponíveis até a data base das Informações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2016.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015 (“Leilão 12/2015”) conforme descrito em maiores detalhes a seguir:

Bonificação por outorga – leilão 12/2015

Devido à Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, 14 usinas da Cemig GT (Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Itutinga, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Salto Grande, Três Marias, Tronqueiras e Volta Grande), além de Jaguará, São Simão e Miranda, tiveram suas concessões condicionadas a aceitação de tarifas pré-definidas e indenização dos investimentos ainda não amortizados para cada usina. A Cemig GT, à época, não aceitou os termos de renovação.

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A., totalizando uma garantia física de 420 MW médios, conforme segue:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
UHE Três Marias	Jan/2045	396,00	239,00
UHE Salto Grande	Jan/2045	102,00	75,00
UHE Itutinga	Jan/2045	52,00	28,00
UHE Camargos	Jan/2045	46,00	21,00
PCH Piau	Jan/2045	18,01	13,53
PCH Gafanhoto	Jan/2045	14,00	6,68
PCH Peti	Jan/2045	9,40	6,18
PCH Tronqueiras	Jan/2045	8,50	3,39
PCH Joasal	Jan/2045	8,40	5,20
PCH Martins	Jan/2045	7,70	1,84
PCH Cajuru	Jan/2045	7,20	2,69
PCH Paciência	Jan/2045	4,08	2,36
PCH Marmelos	Jan/2045	4,00	2,74
PCH Coronel Domiciano (1)	Jan/2045	5,04	3,59
PCH Dona Rita (1)	Jan/2045	2,41	1,03
PCH Ervália (1)	Jan/2045	6,97	3,03
PCH Neblina (1)	Jan/2045	6,47	4,66
PCH Sinceridade (1)	Jan/2045	1,42	0,35
		699,60	420,27

1) Usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas, que estarão em regime de operação assistida pela concessionária anterior pelo prazo de 180 dias a contar da data de assinatura dos contratos.

As informações referentes à capacidade instalada, Garantia Física e outras informações operacionais, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações intermediárias, conseqüentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas” em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

O valor ofertado pelo lote foi de R\$498.694 e a bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O contrato foi assinado pela Cemig GT em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes ao Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldos transferidos em 31/05/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2016
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.260.400	144.747	(125.963)	1.279.184
Cemig Geração Salto Grande S.A.	395.523	45.576	(39.725)	401.374
Cemig Geração Itutinga S.A.	147.662	18.593	(16.889)	149.366
Cemig Geração Camargos S.A.	110.746	13.873	(12.573)	112.046
Cemig Geração Sul S.A.	144.603	19.077	(17.690)	145.990
Cemig Geração Leste S.A.	98.301	14.019	(13.433)	98.887
Cemig Geração Oeste S.A.	59.118	8.496	(8.165)	59.448
Total	2.216.353	264.381	(234.438)	2.246.296

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2015	1.272.986	-	5.943.682	7.216.668
Adição	146.030	-	-	146.030
Baixas	(5.818)	-	(59.863)	(65.681)
Transferência Financeiro - Intangível pela Renovação das Concessões	-	-	(7.161.504)	(7.161.504)
Ativo Adquirido em Combinação de Negócios	(2.035)	-	808.119	806.084
Geração - Indenização a receber	-	546.424	-	546.424
Recebimentos	(10.250)	-	-	(10.250)
Atualização Financeira	100.528	-	605.549	706.077
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.501.441	546.424	135.983	2.183.848
Adição	36.405	534	-	36.939
Adição - Bonificação pela Outorga - Usinas	-	2.255.027	-	2.255.027
Baixas	-	-	(291)	(291)
Recebimentos	(11.327)	(105.642)	-	(116.969)
Transferência Financeiro- Intangível	(426)	-	57.650	57.224
Atualização Bonificação Outorga	-	96.911	-	96.911
Atualização Financeira	692.211	-	6.638	698.849
Saldo em 30 de setembro de 2016	2.218.304	2.793.254	199.980	5.211.538

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

Saldos em 30/09/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	325.654	(64.041)	-	(123.396)	325.654	(187.437)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	1.540	(2.461)	-	(1.828)	1.540	(4.289)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	10.122	-	1.898	-	12.020	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	26.245	(135)	4.003	-	30.248	(135)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(132.837)	-	(64.338)	-	(197.175)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.000.589	(1.386.546)	362.811	(440.859)	2.363.400	(1.827.405)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(173.634)	-	(11.869)	-	(185.503)
Neutralidade da Parcela A	125.206	-	-	-	125.206	-
Outros Itens Financeiros	4.452	(297.234)	-	(49.972)	4.452	(347.206)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(16)	-	-	-	(16)
TOTAL	2.493.808	(2.056.904)	368.712	(692.262)	2.862.520	(2.749.166)

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802	-
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	45.024	(328)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.576	(2)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	6.655	(1.168)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	323	(307.968)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.020.792	(738.578)	572.207	(204.410)	2.592.999	(942.988)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	-	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	118.740	(1.834)
Outros Itens Financeiros	10.917	(699)	170.345	-	181.262	(699)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(157.586)	-	-	-	(157.586)
TOTAL	2.423.445	(1.562.979)	868.936	(379.746)	3.292.381	(1.942.725)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	30/09/2016	31/12/2015
Ativo	2.302.452	560.068	2.862.520	3.292.381
Passivo	(1.697.613)	(1.051.553)	(2.749.166)	(1.942.725)
Total Líquido Apresentado no Balanço	604.839	(491.485)	113.354	1.349.656

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	1.813.675
(-) Amortização	(423.517)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(1.193.190)
(+) Atualização Selic	56.516
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.360.159
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(572.483)
(-) Amortização	(364.570)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(341.259)
(-) Transferência (2)	(164.957)
(+) Atualização Selic (3)	206.967
Saldo em 30 de setembro de 2016	113.354

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 11.

(2) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE, foi reclassificado para Outros Créditos e será amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a serem pagas à Eletrobras, conforme Despacho emitido pela ANEEL em 2016.

(3) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.440.113	4.683.812
Hidrelétrica Cachoeirão	47.893	40.844	-	-
Guanhães Energia	24.442	18.444	-	-
Hidrelétrica Pipoca	30.216	26.237	-	-
Retiro Baixo	160.594	147.905	-	-
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	493.640	354.284	-	-
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	686.194	675.983	-	-
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	712.989	703.403	-	-
Lightger	41.139	37.454	-	-
Baguari Energia	214.897	187.227	-	-
Renova	1.577.349	1.527.435	-	-
Aliança Geração	1.348.162	1.327.246	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	63.723	63.045	-	-
Central Eólica Volta do Rio	82.259	85.101	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	60.388	62.071	-	-
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	730.161	495.768	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	1.374	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	3.091.044	2.695.848
Light	1.139.187	1.187.722	1.139.187	1.187.722
TAESA	2.205.473	2.242.186	2.205.473	2.242.186
Cemig Telecom	-	-	184.808	169.006
Gasmig	-	-	1.457.556	1.406.371
Rosal Energia	-	-	144.793	121.822
Sá Carvalho	-	-	112.208	102.926
Horizontes Energia	-	-	51.016	70.539
Usina Térmica Ipatinga	-	-	4.235	3.898
Cemig PCH	-	-	93.083	84.956
Companhia Transleste de Transmissão	19.973	18.307	19.973	18.307
UTE Barreiro	-	-	31.108	29.703
Companhia Transudeste de Transmissão	19.564	17.536	19.564	17.536
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	28.778	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	22.769	19.298	22.769	19.298
Transchile	87.018	108.230	87.018	108.230
Efficientia	-	-	4.810	5.511
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	5.868	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.767	17.528	19.767	17.528
Cemig Trading	-	-	15.478	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	20.456	23.840	20.456	23.840
Parati (Light)	334.519	357.753	334.519	357.753
Cemig Overseas (*)	-	-	20	45
	10.144.146	9.744.847	14.533.644	13.412.081

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa.

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros/Aporte	30/09/2016
Cemig Geração e Transmissão	4.683.812	534.929	19.330	202.042(*)	-	5.440.113
Cemig Distribuição	2.695.848	(112.607)	-	97.803(*)	410.000	3.091.044
Cemig Telecom	169.006	(743)	(115)	-	16.660	184.808
Rosal Energia	121.822	29.588	-	(6.617)	-	144.793
Sá Carvalho	102.926	18.180	-	(8.898)	-	112.208
Gasmig	1.406.371	51.185	-	-	-	1.457.556
Horizontes Energia	70.539	7.387	-	(1.910)	(25.000)	51.016
Usina Térmica Ipatinga	3.898	337	-	-	-	4.235
Cemig PCH	84.956	9.763	-	(1.636)	-	93.083
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	3.710	-	(2.044)	-	19.973
UTE Barreiro	29.703	1.405	-	-	-	31.108
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	2.841	-	(813)	-	19.564
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.120	28.195	-	(8.537)	-	28.778
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	3.471	-	-	-	22.769
Transchile	108.230	1.776	(22.988)	-	-	87.018
Efficientia	5.511	(701)	-	-	-	4.810
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.284	84	-	(500)	-	5.868
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.528	4.263	-	(2.024)	-	19.767
Light	1.187.722	(45.629)	7.782	(10.688)	-	1.139.187
Cemig Trading	29.840	47.217	-	(61.579)	-	15.478
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.840	(3.335)	-	(49)	-	20.456
Parati (Light)	357.753	(24.305)	850	221	-	334.519
Taesa	2.242.186	285.341	-	(322.054)	-	2.205.473
Cemig Overseas	45	(15)	(10)	-	-	20
	13.412.081	842.337	4.849	(127.283)	401.660	14.533.644

(*) corresponde a 25% dos dividendos, propostos pela Cemig GT e Cemig D, em 31 de dezembro de 2015, revertidos para o Patrimônio Líquido das controladas, no segundo trimestre de 2016, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 29 de abril de 2016.

Consolidado	31/12/2015	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/09/2016
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	3.710	-	(2.044)	-	-	19.973
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	2.841	-	(813)	-	-	19.564
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	3.471	-	-	-	-	22.769
Transchile	108.230	1.775	(22.989)	-	-	2	87.018
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Light	1.187.722	(45.629)	7.783	(10.689)	-	-	1.139.187
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.840	(3.335)	-	(49)	-	-	20.456
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	8.604	-	(1.555)	-	-	47.893
Guanhães Energia	18.444	(17.542)	-	-	23.540	-	24.442
Hidrelétrica Pipoca	26.237	3.979	-	-	-	-	30.216
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	675.983	(28.789)	-	-	39.000	-	686.194
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	703.403	(27.873)	-	-	40.139	(2.680)	712.989
Lightger	37.454	3.685	-	-	-	-	41.139
Baguari Energia	187.227	24.422	-	3.248	-	-	214.897
Central Eólica Praias de Parajuru	63.045	703	-	(25)	-	-	63.723
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.807)	-	(35)	-	-	82.259
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(1.638)	-	(45)	-	-	60.388
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	-	-	1.374	-	1.374
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(716)	-	-	235.109	-	730.161
Ativas Data Center	-	(25.646)	-	-	-	25.646	-
Parati (Light)	357.753	(24.305)	850	221	-	-	334.519
Taesá	2.242.186	285.341	-	(322.054)	-	-	2.205.473
Renova	1.527.435	(209.416)	19.330	-	240.000	-	1.577.349
Aliança Geração	1.327.246	85.706	-	(64.790)	-	-	1.348.162
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(6.232)	-	-	145.588	-	493.640
Retiro Baixo	147.905	12.689	-	-	-	-	160.594
	9.744.847	47.260	4.974	(400.653)	724.750	22.968	10.144.146

Controladora	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros/Aporte	30/09/2015
Cemig Geração e Transmissão	3.486.611	1.851.443	-	-	137.711	5.475.765
Cemig Distribuição	2.482.227	65.250	-	-	203.086	2.750.563
Cemig Telecom	225.440	(12.464)	(318)	-	-	212.658
Rosal Energia	120.964	28.099	-	(3.850)	-	145.213
Sá Carvalho	106.601	9.149	-	(10.498)	-	105.252
Gasmig	1.436.815	72.989	-	(77.724)	-	1.432.080
Horizontes Energia	70.118	4.498	-	(370)	438	74.684
Usina Térmica Ipatinga	24.166	501	-	(6.492)	(14.000)	4.175
Cemig PCH	66.560	5.505	-	-	10.000	82.065
Cemig Capim Branco Energia	130.128	12.153	-	-	(142.281)	-
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	6.164	-	(1.626)	-	18.126
UTE Barreiro	28.822	1.920	-	1	-	30.743
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	4.515	-	(516)	-	16.724
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.067	12.125	-	(2.713)	-	18.479
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	5.172	-	(571)	-	18.428
Transchile	66.141	3.532	35.085	-	-	104.758
Efficientia	4.935	(118)	-	-	(1)	4.816
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.042	162	-	-	-	6.204
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	3.418	-	(5.645)	-	18.758
Light	1.199.236	11.596	-	-	1	1.210.833
Cemig Trading	31.182	44.628	-	(60.667)	-	15.143
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	731	-	(218)	-	24.146
Parati	370.359	303	-	(15.547)	-	355.115
Taesa	2.187.623	254.257	-	(244.899)	-	2.196.981
Cemig Overseas	366	(931)	304	-	334	73
	12.138.161	2.384.597	35.071	(431.335)	195.288	14.321.782

Consolidado	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/09/2015
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	6.164	-	(1.626)	-	-	18.126
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	4.515	-	(516)	-	-	16.724
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	5.172	-	(571)	-	-	18.428
Transchile	66.141	3.532	35.085	-	-	-	104.758
Companhia de Transmissão Centroeeste de Minas Light	20.985	3.418	-	(5.645)	-	-	18.758
Axiom Soluções Tecnológicas	1.199.236	11.596	-	-	-	1	1.210.833
Hidrelétrica Cachoeirão	23.633	731	-	(218)	-	-	24.146
Guanhães Energia	34.296	4.786	-	-	-	-	39.082
Hidrelétrica Pipoca	67.428	(29.986)	-	-	-	-	37.442
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	28.807	1.718	-	(4.473)	-	-	26.052
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	674.183	(63.649)	-	-	-	-	610.534
Lightger	707.910	(55.705)	-	-	-	-	652.205
Baguari Energia	38.900	(1.289)	-	-	-	-	37.611
Central Eólica Praias de Parajuru	193.351	5.857	-	(11.864)	-	-	187.344
Central Eólica Volta do Rio	61.999	1.304	-	-	-	66	63.369
Central Eólica Praias de Morgado	84.023	1.535	-	-	-	-	85.558
Amazônia Energia (3)	62.332	536	-	-	-	-	62.868
Ativas Data Center	394.238	(3.408)	-	-	97.914	-	488.744
Epícares Empreendimentos (1)	-	(21.414)	-	-	-	21.414	-
Parati	92.641	1.342	-	-	-	(93.983)	-
Taesá	370.359	303	-	(15.547)	-	-	355.115
Renova	2.187.623	254.257	-	(244.899)	-	-	2.196.981
Aliança Geração (2)	1.538.299	71.358	-	-	-	-	1.609.657
Aliança Norte (4)	3.323	63.705	-	(45.715)	581.114	729.442	1.331.869
Retiro Baixo	-	(3.209)	-	-	354.112	(1)	350.902
	149.944	(3.315)	-	-	1.247	(1)	147.875
	8.039.791	259.854	35.085	(331.074)	1.034.387	656.938	9.694.981

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das concessões e autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	30/09/2016			31/12/2015		
		Participação o Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação o Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão Hidrelétrica Cachoeirão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	5.440.113	100,00	1.837.710	4.673.118
Guanhães Energia Hidrelétrica Pipoca	35.000.000	49,00	35.000	97.741	49,00	35.000	83.355
Madeira Energia* (Usina de Santo Antônio)	137.608.000	49,00	137.608	49.882	49,00	137.608	37.641
Baguari Energia	41.360.000	49,00	41.360	61.665	49,00	41.360	53.545
Central Eólica Praias de Parajuru*	10.151.952.724	18,13	10.151.952	7.717.501	18,05	9.761.952	7.642.027
Central Eólica Volta do Rio*	26.157.300	69,39	261.573	309.694	69,39	261.573	269.827
Central Eólica Praias de Morgado*	70.560.000	49,00	70.560	130.047	49,00	70.560	128.663
Lightger	117.230.000	49,00	117.230	167.876	49,00	117.230	173.676
Aliança Norte* (Usina de Belo Monte)	52.960.000	49,00	52.960	123.241	49,00	52.960	126.676
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	79.078.937	49,00	79.232	83.957	49,00	79.232	76.439
Aliança Geração*	10.525.000.000	49,00	10.435.427	1.007.429	49,00	647.166	723.029
Retiro Baixo*	1.039.491.023	74,50	1.039.491	980.082	74,50	723.409	665.460
Renova*	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.995.916	45,00	1.291.450	2.949.436
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	222.850.000	49,90	222.850	321.832	49,90	222.850	296.403
Cemig Distribuição Light*	360.815.313	34,15	2.806.255	4.618.884	27,37	2.526.253	5.580.690
Cemig Telecom	500.000	49,00	500	2.804	-	-	-
Ativas Data Center	2.359.113.452	100,00	2.361.998	3.091.044	100,00	2.361.998	2.695.849
Rosal Energia	203.934.060	26,06	2.225.822	4.371.401	26,06	2.225.822	4.557.644
Sá Carvalho	397.683.385	100,00	241.742	184.808	100,00	225.082	169.006
Gasmig*	167.616.327	49,00	150.276	188.137	49,00	133.616	(152.456)
Horizontes Energia	46.944.467	100,00	46.944	144.793	100,00	46.944	121.822
Usina Térmica Ipatinga	361.200.000	100,00	36.833	112.208	100,00	36.833	102.926
Cemig PCH	409.255.483	99,57	665.429	1.463.851	99,57	665.429	1.408.036
Companhia Transleste de Transmissão	39.257.563	100,00	39.258	51.016	100,00	64.258	70.539
UTE Barreiro	174.281	100,00	174	4.235	100,00	174	3.898
Companhia Transudeste de Transmissão	30.952.000	100,00	35.952	93.083	100,00	35.952	84.956
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	49.569.000	25,00	49.569	79.892	25,00	49.569	73.228
Companhia Transirapé de Transmissão	30.902.000	100,00	30.902	31.108	100,00	30.902	29.703
Transchile	30.000.000	24,00	30.000	81.517	24,00	30.000	73.067
Efficientia	486.000	100,00	486	28.778	100,00	486	9.120
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	22.340.490	24,50	22.340	92.935	24,50	22.340	78.767
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	56.407.271	49,00	196.911	177.588	49,00	236.861	220.878
Cemig Trading	6.051.944	100,00	6.052	4.810	100,00	6.052	5.510
Axiom Soluções Tecnológicas	5.000.000	100,00	5.000	5.868	100,00	5.000	6.284
Parati	28.000.000	51,00	28.000	38.759	51,00	28.000	34.366
TAESA*	1.000.000	100,00	1.000	15.478	100,00	160	29.840
	17.200.000	49,00	46.600	41.747	49,00	46.600	48.653
	1.432.910.602	25,00	1.432.910	1.338.080	25,00	1.432.910	1.431.016
	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.086.423	43,36	3.042.034	5.171.093

* Patrimônio Líquido incluindo o ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada.

Em 30 de setembro de 2016, o passivo circulante de algumas controladas indiretas em conjunto estava superior ao ativo circulante, conforme segue:

Light: Em 30 de setembro de 2016, a Light apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$1.504.709 (R\$423.135 em 31 de dezembro de 2015). A Light vem apresentando uma melhora na geração operacional de caixa durante o exercício em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e da performance operacional apresentada em 2016, conjuntamente com a redução esperada de investimentos no exercício e com a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, a Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida. A Administração da Light entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a Light apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$1.541.985 no período de nove meses de 2016 (R\$297.493 positivo no período de nove meses de 2015), o que permitiu a amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures neste mesmo período de 2016 no montante de R\$1.102.177 (R\$370.278 no mesmo período de 2015).

Guanhães Energia: o capital circulante líquido da Guanhães Energia encontra-se negativo no consolidado em R\$182.440. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, que incluem o reescalonamento de seus financiamentos e alongamento de seus empréstimos tomados junto a instituições financeiras, bem como eventuais aportes de capital por parte de seus acionistas.

Renova Energia: A Renova apresentou excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R\$1.450.975 mil em 30 de setembro de 2016, sendo que ainda tem apresentado prejuízos operacionais e geração negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: i) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação dos parques eólicos; ii) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do Alto Sertão III e iii) atraso na liberação do financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

A Administração da Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. Entre estas ações, estão a redução da estrutura administrativa e operacional, com redução dos custos administrativos, contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, de R\$930 milhões, adiamento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa, além do empenho dos acionistas no suporte financeiro que garanta a sua liquidez.

Madeira Energia: a Madeira Energia e sua Controlada (Santo Antônio Energia) apresentaram excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante consolidado de R\$160.461, decorrente, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e Provisão para contingências. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Santo Antônio Energia conta com geração operacional de caixa e, se necessário, aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas da companhia.

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.399.183 em 30 de setembro de 2016.

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2016, R\$22.334.347 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 30 de setembro de 2016, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$4.049.217. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas.

Em 31 de março de 2016, a MESA solicitou aportes para os seus acionistas. Desta forma, o FIP Melbourne convocou seus acionistas a aportarem os valores correspondentes as suas participações. Somente a Cemig GT atendeu à solicitação, alterando sua participação direta e indireta no empreendimento de 18,05% para 18,13%. Desde junho de 2014 os fundos não participam das chamadas dos aportes, diluindo as suas participações.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar foi instaurada, de forma sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”), tendo a MESA como parte e probabilidade de perda avaliada como possível pelos assessores jurídicos da Cemig GT e SAAG. Em setembro de 2016, devido à sentença proferida pela CAM, a probabilidade de perda foi reavaliada para remota.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia

A Norte Energia S.A. (“NESA”) é a sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para a última unidade geradora entrar em operação é janeiro de 2019.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte. O valor da perda estimada em Belo Monte até 30/09/2016 é de R\$ 9.265.418

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Impactos sobre as demonstrações financeiras

Com base nas conclusões e resultados identificados pela investigação interna independente, a Administração da NESA avaliou o CPC27 – Ativo Imobilizado, correlacionado à Norma Internacional de Contabilidade - IAS 16 – Ativo e Equipamentos e concluiu que, o montante de R\$183.000 atribuíveis a eventual superfaturamento devido a subornos e/ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido incluídas no custo histórico de seus ativos, pois não seriam necessários para colocar os ativos na localização e condição necessária para seu funcionamento.

A Administração da NESA concluiu também ser impraticável identificar de forma precisa os períodos de demonstrações financeiras anteriores em que possam ter ocorrido o excesso de custos capitalizados, devido ao fato das informações disponibilizadas pela investigação interna independente não especificarem individualmente os contratos, os pagamentos e os períodos de divulgação em que possam ter ocorrido tais excessos. Ressalta-se adicionalmente que os alegados pagamentos indevidos não foram feitos pela NESA, mas por empreiteiros e fornecedores da UHE de Belo Monte, o que também impede a identificação dos valores e períodos precisos dos pagamentos.

Dessa forma, a NESA aplicou o procedimento previsto no IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, ajustando os valores estimados de excessos de custos capitalizados, no montante de R\$183.000, referentes a pagamentos ilegais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado.

Como consequência do ajuste registrado pela NESA, a Cemig reconheceu, em 31 de dezembro de 2015, um ajuste no montante de R\$ 22.875, na conta investimentos em contrapartida ao resultado com equivalência patrimonial, sendo R\$21.390 decorrentes do ajuste feito pela Cemig GT e R\$1.485 feito pela Light S.A., em atendimento às determinações do IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Considerando que a investigação interna independente foi concluída em data subsequente a aprovação para emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e informações contábeis intermediárias referentes aos períodos findos em 31 de março de 2016 e 30 de junho de 2016 da Cemig e Cemig GT, a Administração da Cemig e Cemig GT concluiu pela necessidade de reapresentar as referidas demonstrações.

Opções de Venda

Opção de Venda de ações da Parati

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção seria calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haveria atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Parati, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia, até o primeiro trimestre de 2016, observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, iria requerer a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia havia adotado o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermidiárias, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários). Em decorrência das alterações no acordo de acionistas da Parati no segundo trimestre de 2016, descritas abaixo, com reflexo nas condições e prazos para exercício da opção de venda, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções.

Alterações no Acordo de Acionistas da Parati

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

- 1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:

- a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobará apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações preferenciais de emissão da Parati, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2016;

 - b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2017;
- 2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;

 - 3) Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,

 - 4) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A.(Taesa), e como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda

A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual (“BTG Pactual”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas de sua participação acionária na PARATI S.A. – PARTICIPAÇÕES EM ATIVOS DE ENERGIA ELÉTRICA (“PARATI”). A faculdade de venda de ações ora exercida é feita consoante o disposto nas cláusulas 6.1 e 6.2 do Acordo de Acionistas da Companhia (“Opção de Venda – Primeira Janela”), celebrado em 11 de abril de 2011, conforme aditado, entre Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Banco Santander (Brasil) S.A., BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, BB-Banco de Investimento S.A. e Banco BTG Pactual S.A., com a interveniência da Parati (“Acordo de Acionistas da Parati”). A CEMIG tem até o dia 30 de novembro de 2016 para efetuar a aquisição das ações ou indicar um terceiro para que a faça.

Valor da exposição da Companhia

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$1.512.688 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	165.801
Adições	179.937
Saldo em 30 de setembro de 2015	345.738
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.245.103
Adições	267.585
Saldo em 30 de setembro de 2016	1.512.688

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício; preço de fechamento da ação da Light na data de 30 de setembro de 2016 (como proxy para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da Parati na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 7,9% a 17,6% ao ano e volatilidade entre 15% e 60% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$1.497.131 e R\$1.531.045, respectivamente.

Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$177.102, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.029
Adições	52.317
Saldo em 30 de setembro de 2015	81.346
Saldo em 31 de dezembro de 2015	147.614
Adições	29.488
Saldo em 30 de setembro de 2016	177.102

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R\$19 milhões no valor das opções.

Investimento na Renova – Perdas (impairment) de ativos disponíveis para a venda

Contrato de opção

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7.000.000 das ações da TerraForm Global recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 ou US\$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabelece também opção de compra pela SunEdison das mesmas 7.000.000 com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm Global sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm Global de titularidade da Companhia, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015. Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos. Em 1 de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison.

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova reconheceu, no período de janeiro a setembro de 2016, uma perda de R\$111.402, pela variação do valor justo da opção considerando o risco de crédito. Adicionalmente, reconheceu uma perda de R\$62.995 relativa à extinção da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas. Até a data de emissão desse relatório, a SunEdison não liquidou essa transação.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Informações Contábeis Intermidiárias da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,2% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$59.644.

Investimento na Terraform – precificação das ações

A Renova também registrou uma perda no período de janeiro a setembro de 2016, no valor de R\$271.509 em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform, investida em que a Renova possui 11,65% de participação avaliada com base no valor das ações no mercado.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Informações Contábeis Intermidiárias da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,2% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$92.856.

Rescisão de contrato de compra e venda de ações

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA (“Contrato ESPRA”) de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”) foi rescindido, por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um break up fee no valor de US\$ 10,00 milhões. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R\$35.790.

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. (“SunEdison”) anunciada no dia 15 de julho de 2015.

Distribuição de Gás Natural entre Gasmig e Petrobras

A Gasmig celebrou contrato para o serviço de distribuição de gás natural com a Petrobras para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), fábrica de amônia a ser instalada no município de Uberaba, no Triângulo Mineiro. Em decorrência da inviabilidade momentânea de cumprimento deste contrato, as partes encontram-se em negociação para proceder o distrato amigável, sem penalidade para ambas as partes.

Empresas de geração constituídas – lote D do Leilão 12/2015 vencido pela Companhia em 2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 12, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPEs de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir do segundo trimestre de 2016.

Alienação de ações da TAESA de propriedade da CEMIG

O Conselho de Administração da Cemig deliberou, em 31 de agosto de 2016, autorizar monetização, de até 40.702.230 units da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), correspondentes a 40.702.230 ações ordinárias e 81.404.460 ações preferenciais da Taesa de propriedade da CEMIG.

Em 29 de setembro de 2016, a Taesa divulgou o início da oferta pública secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, sendo cada um representativo de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units”), de emissão da Taesa e de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Coliseu (“FIP Coliseu”) e Cemig.

A Oferta compreendeu a distribuição pública secundária, com esforços restritos de colocação de 65.702.230 Units de titularidade dos Acionistas Vendedores, ao preço de R\$19,65 por Unit, resultando em um montante total de R\$1.291 milhões. A efetiva liquidação da Oferta ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Por se tratar de uma oferta pública com esforços restritos exclusivamente de distribuição secundária, não houve ingresso de recursos para a Taesa, sendo que os Acionistas Vendedores receberam a totalidade dos recursos líquidos resultantes da venda das Units no montante de R\$1.276 milhões, dos quais R\$791 milhões foram recebidos pela Cemig, representando um ganho bruto de R\$180.774.

Com a liquidação da Oferta, o FIP Coliseu passou ser titular de 153.775.790 ações ordinárias, representativas de 26,03% do capital social votante da Taesa e 14,88% do capital social total da Taesa, e a Cemig passou ser titular de 252.369.999 ações ordinárias de emissão da Taesa, representativas de 42,72% do capital social votante, e 73.646.184 ações preferenciais da Taesa, que somadas às ações ordinárias, representam 31,54% do capital social total da Taesa. As Units em circulação (excluídas as Units detidas pelo FIP Coliseu, pela Cemig, pelos administradores da Companhia e as ações mantidas em tesouraria) passaram a compor 53,58% do capital social total da Taesa e 31,24% do capital social votante da Taesa.

Contrato de Investimento para aporte de capital na Ativas

A Cemig Telecom S.A., subsidiária integral da Cemig, celebrou, em 25 de agosto de 2016, Contrato de Investimento com a empresa Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda., integrante do grupo chileno Sonda S.A., para um aporte de capital na Ativas Data Center, em parceria com a Ativas Participações S.A, empresa controlada do Grupo Asamar.

A Sonda é a principal empresa de serviços de Tecnologia da Informação da América Latina, com presença em dez países e 17.000 colaboradores.

Em 19 de outubro de 2016, após cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Investimento, foi realizado o fechamento da operação.

A Sonda, por meio de aporte no valor de R\$114 milhões, passa a deter 60% de participação acionária na Ativas, ficando Cemig Telecom e Ativas Participações com 19,6% e 20,4% do capital total da empresa, respectivamente.

Alienação de participação societária vinculada à Transchile

A Cemig celebrou, em 12 de setembro de 2016, Contrato para a alienação da totalidade de sua participação societária vinculada à Transchile Charrúa Transmisión S.A. correspondente a 49% do capital total, para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A., pelo valor de US\$56,6 milhões. Em 06 de outubro de 2016, a totalidade das ações detidas pela Cemig na Transchile Charrúa Transmisión S.A., correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, foram transferidas e a venda concretizada para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A. no montante de R\$180.204, representando um ganho bruto de R\$131.563.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2016			31/12/2015		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	286.372	(10.273)	276.099	286.633	(8.024)	278.609
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	4.894.470	(3.112.026)	1.782.444	4.866.922	(3.036.877)	1.830.045
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.578.792	(1.155.653)	423.139	1.576.926	(1.139.615)	437.311
Máquinas e Equipamentos	3.916.430	(2.740.560)	1.175.870	3.862.311	(2.670.212)	1.192.099
Veículos	28.816	(24.253)	4.563	29.000	(20.918)	8.082
Móveis e Utensílios	15.736	(12.217)	3.519	15.685	(11.212)	4.473
	10.720.616	(7.054.982)	3.665.634	10.637.477	(6.886.858)	3.750.619
Em Curso	132.520	-	132.520	189.704	-	189.704
Imobilizado Líquido	10.853.136	(7.054.982)	3.798.154	10.827.181	(6.886.858)	3.940.323

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transfe- rências/ Capitalizações	Saldo em 30/09/2016
Em Serviço						
Terrenos	278.609	-	(351)	(2.248)	89	276.099
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	1.830.045	-	(3)	(74.450)	26.852	1.782.444
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	437.311	-	(697)	(17.823)	4.348	423.139
Máquinas e Equipamentos	1.192.099	-	(23.128)	(76.748)	83.647	1.175.870
Veículos	8.082	-	(58)	(1.943)	(1.518)	4.563
Móveis e Utensílios	4.473	-	(1)	(240)	(713)	3.519
	3.750.619	-	(24.238)	(173.452)	112.705	3.665.634
Em Curso	189.704	61.332	(6.237)	-	(112.279)	132.520
Imobilizado Líquido	3.940.323	61.332	(30.475)	(173.452)	426	3.798.154

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixa	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização de Usinas não Renovadas	Depreciação	Transferência para Outros Ativos de Longo Prazo	Transferências / Capitalizações	Saldo em 30/09/2015
Em Serviço									
Terrenos	373.002	-	(21.127)	(40.796)	(16.277)	(2.636)	(16.575)	3.768	279.359
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.260.282	-	-	(163.123)	(43.915)	(100.475)	(101.988)	5.612	1.856.393
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	609.572	-	(670)	(115.659)	(16.633)	(19.497)	(12.953)	1.116	445.276
Máquinas e Equipamentos	2.053.249	-	(830)	(308.207)	(465.841)	(113.679)	(69.054)	68.902	1.164.540
Veículos	9.244	-	-	(335)	-	(2.162)	-	-	6.747
Móveis e Utensílios	4.207	-	(2)	(199)	-	(248)	-	12	3.770
	<u>5.309.556</u>	<u>-</u>	<u>(22.629)</u>	<u>(628.319)</u>	<u>(542.666)</u>	<u>(238.697)</u>	<u>(200.570)</u>	<u>79.410</u>	<u>3.756.085</u>
Em Curso	234.064	59.711	(3.764)	(3.077)	(3.701)	-	(19.299)	(70.164)	193.770
Imobilizado Líquido	<u>5.543.620</u>	<u>59.711</u>	<u>(26.393)</u>	<u>(631.396)</u>	<u>(546.367)</u>	<u>(238.697)</u>	<u>(219.869)</u>	<u>9.246</u>	<u>3.949.855</u>

A taxa de depreciação média anual é de 3,39% para o ano de 2016 (2,31% em 2015). As taxas médias anuais de depreciação, por atividade são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
2,86%	4,45%	8,88%	5,96%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Financeiro os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Maiores informações na nota explicativa nº 12.

Consórcios

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

15. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Consolidado	30/09/2016			31/12/2015		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.315)	10.434	11.749	(1.315)	10.434
Concessão Onerosa	19.169	(10.403)	8.766	19.169	(9.894)	9.275
Ativos de Concessão	16.070.435	(6.933.771)	9.136.664	15.607.708	(6.642.234)	8.965.474
Outros	75.579	(57.992)	17.587	69.041	(53.751)	15.290
	16.176.932	(7.003.481)	9.173.451	15.707.667	(6.707.194)	9.000.473
Em Curso	1.484.952	-	1.484.952	1.274.631	-	1.274.631
Intangível Líquido	17.661.884	(7.003.481)	10.658.403	16.982.298	(6.707.194)	10.275.104

Controladora	Taxa Média de Amortização	30/09/2016			31/12/2015		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.624)	165	3.789	(3.550)	239
Marcas e Patentes	10%	9	(7)	2	9	(6)	3
		3.798	(3.631)	167	3.798	(3.556)	242
Em Curso		1.676	-	1.676	1.676	-	1.676
Intangível Líquido		5.474	(3.631)	1.843	5.474	(3.556)	1.918

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2016
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	10.434	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(509)	-	8.766
Ativos de Concessão	8.965.474	75	(19.501)	(422.948)	613.564	9.136.664
Outros	15.290	-	(6.225)	(4.288)	12.810	17.587
	9.000.473	75	(25.726)	(427.745)	626.374	9.173.451
Em Curso	1.274.631	899.785	(5.440)	-	(684.024)	1.484.952
Intangível Líquido - Consolidado	10.275.104	899.860	(31.166)	(427.745)	(57.650)	10.658.403

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização Usinas não Renovadas	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2015
Em Serviço								
Com Vida Útil Definida								
Servidão	11.862	-	(1.202)	(43)	-	(205)	22	10.434
Concessão Onerosa	23.743	-	(12.517)	-	-	(1.781)	-	9.445
Ativos de Concessão	2.223.034	-	-	-	(981)	(384.101)	68.536	1.906.488
Outros	17.345	59	-	-	-	(4.047)	(3.922)	9.435
	2.275.984	59	(13.719)	(43)	(981)	(390.134)	64.636	1.935.802
Em Curso	1.103.312	727.794	-	-	(4.604)	-	(677.593)	1.148.909
Intangível Líquido - Consolidado	3.379.296	727.853	(13.719)	(43)	(5.585)	(390.134)	(612.957)	3.084.711

A taxa de amortização média anual é de 4,12%. As taxas médias anuais de amortização, por atividade, determinadas na legislação do setor, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
6,58%	7,06%	3,59%	14,26%	7,74%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$899.860 está contemplado R\$120.398 (R\$105.253 no período de janeiro a setembro de 2015) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 18.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contratos de concessão, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será amortizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida.

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Energia de curto prazo - CCEE	151.559	307.631
Encargos de uso da rede elétrica	84.828	81.211
Energia elétrica comprada para revenda	732.164	647.149
Itaipu binacional	180.607	314.859
Gás comprado para revenda	221.701	235.537
Materiais e serviços	249.349	314.766
	1.620.208	1.901.153
Circulante	1.620.208	1.901.153

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulante PASEP/COFINS referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições. Adicionalmente, a partir de julho de 2015, a Companhia passou a efetuar provisão de PASEP/COFINS sobre a atualização do Ativo Financeiro em conformidade a legislação tributária em vigor a partir dessa data.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Circulante				
ICMS	382.508	462.336	18.091	18.091
COFINS	107.119	156.657	2	26.895
PASEP	22.908	33.332	-	5.708
INSS	20.380	22.464	1.856	1.740
Outros	21.899	65.324	805	689
	554.814	740.113	20.754	53.123
Não Circulante				
COFINS	608.295	608.503	-	-
PASEP	131.238	131.208	-	-
	739.533	739.711	-	-
	1.294.347	1.479.824	20.754	53.123

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Imposto de Renda	15.403	7.619
Contribuição Social	5.431	3.027
	20.834	10.646

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/09/2016			31/12/2015
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	2.957	16.656	19.613	32.109
KFW	2016	4,50	EURO	1.217	-	1.217	2.803
KFW	2018	1,78	EURO	3.884	5.949	9.833	11.627
Dívida em Moeda Estrangeira				8.058	22.605	30.663	46.539
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	69.587	-	69.587	143.937
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	302.694	147.449	450.143	433.877
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	421.200	540.000	961.200	924.666
Banco do Brasil S.A (6)	2018	128,00% do CDI	R\$	319.648	300.000	619.648	803.698
Banco do Brasil S.A	2017	111,00% do CDI	R\$	51.987	-	51.987	99.759
Banco do Brasil S.A	2020	114,00% do CDI	R\$	28.417	493.089	521.506	499.017
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.995	68.375	76.370	81.339
BNDES	2020	TJLP+2,48	R\$	-	-	-	11.323
CEF	2018	119,00% do CDI	R\$	100.584	33.333	133.917	200.876
CEF	2020	132,14% do CDI	R\$	(4.149)	684.401	680.252	-
		UFIR, RGR + 6,00 a					
ELETROBRÁS	2023	8,00	R\$	16.821	54.048	70.869	184.764
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	3.630	2.584	6.214	7.866
FINFP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R\$	3.155	3.136	6.291	8.651
Consórcio Pipoca	2016	IPCA	R\$	185	-	185	185
Nota Promissória – 8ª Emissão (3)	2016	111,70 do CDI	R\$	-	-	-	1.889.352
Nota Promissória – 6ª Emissão (2)	2016	120,00% do CDI	R\$	1.615.092	-	1.615.092	1.440.907
Nota Promissória – 7ª Emissão (2)	2017	128,00% do CDI	R\$	636.530	-	636.530	-
BASA	2018	CDI+1,9	R\$	16.926	119.366	136.292	121.172
Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2016	120,0% do CDI	R\$	25.862	-	25.862	22.601
Dívida em Moeda Nacional				3.616.164	2.445.781	6.061.945	6.873.990
Total de Empréstimos e Financiamento				3.624.222	2.468.386	6.092.608	6.920.529
Debêntures - 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	262.770	233.502	496.272	441.462
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	524.978	-	524.978	539.943
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	36.152	929.382	965.534	922.328
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	10.446	277.452	287.898	274.892
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	42.083	1.430.779	1.472.862	1.402.391
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	27.294	853.493	880.787	839.429
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	37.751	410.753	448.504	461.258
Debêntures - 1ª série - 6ª Emissão (2)	2018	CDI+1,6	R\$	515.946	484.966	1.000.912	1.037.256
Debêntures - 2ª série - 6ª Emissão (2)	2020	IPCA+8,07	R\$	473	29.937	30.410	29.185
Debêntures - 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	137.330	1.596.928	1.734.258	-
Debêntures - 2ª série - 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R\$	557.174	-	557.174	501.398
Debêntures - 1ª série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	178.587	1.400.000	1.578.587	1.411.646
Debêntures (5)	2016	TJLP+3,12	R\$	4.117	-	4.117	41.009
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	648	100.000	100.648	102.862
Debêntures (5)	2018	CDI+0,74	R\$	33.367	33.340	66.707	100.111
		TJLP+7,82 (75%) e					
Debêntures (5)	2022	Selic+1,82(25%)	R\$	14.776	100.341	115.117	124.416
Debêntures - 1ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+2,62	R\$	3.962	1.315	5.277	8.099
Debêntures - 2ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,32	R\$	1.459	484	1.943	3.004
Debêntures - 3ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R\$	544	181	725	1.121
Debêntures - 4ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+2,62	R\$	1.183	393	1.576	2.437
Debêntures - 5ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,32	R\$	486	161	647	1.002
Debêntures - 6ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R\$	368	122	490	759
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				(83.569)	(15.411)	(98.980)	-
Total de Debêntures				2.308.325	7.868.118	10.176.443	8.246.008
Total Geral Consolidado				5.932.547	10.336.504	16.269.051	15.166.537

(1) As taxas de juros variam de 2,00% a 8,00 % ao ano. Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

(6) A Cemig D celebrou, em 22 de abril de 2016, termos aditivos a duas Cédulas de Crédito Bancário, emitidas em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$ 600 milhões de reais, cuja finalidade consiste em rolagem de dívidas da companhia. A taxa de juros é de 128,00% do CDI a.a. e os recursos serão pagos em 4 parcelas semestrais com vencimento final em abril/2018.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2016, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	13.704.256
Recebíveis	1.985.770
Sem Garantia	579.025
TOTAL	16.269.051

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	2.957	-	-	-	-	-	-	16.656	19.613
Euro	3.243	1.982	1.982	3.843	-	-	-	-	11.050
Total por Moedas	6.200	1.982	1.982	3.843	-	-	-	16.656	30.663
Indexadores									
IPCA (1)	379.910	(353)	233.227	138.268	625.797	793.837	793.306	1.169.956	4.133.948
UFIR/RGR (2)	4.592	12.229	4.520	16.357	12.912	11.210	3.406	5.643	70.869
CDI (3)	3.597.256	1.891.312	2.147.698	3.507.497	439.338	231.703	-	-	11.814.804
URTJ/TJLP (4)	13.190	24.854	8.278	30.183	27.166	27.331	26.908	54.643	212.553
IGP-DI (5)	989	422	422	845	844	422	-	-	3.944
TR (6)	1.770	200	200	100	-	-	-	-	2.270
Total por Indexadores	3.997.707	1.928.664	2.394.345	3.693.250	1.106.057	1.064.503	823.620	1.230.242	16.238.388
Total Geral	4.003.907	1.930.646	2.396.327	3.697.093	1.106.057	1.064.503	823.620	1.246.898	16.269.051

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
(5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
(6) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2016	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2015	Indexador	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2016	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2015
Dólar Norte-Americano	(16,87)	49,57	IPCA	5,51	7,64
Euro	(14,16)	37,43	CDI	10,42	9,55

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.508.738
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	4.091.692
Varição monetária e cambial	300.011
Encargos financeiros provisionados	1.107.188
Encargos financeiros pagos	(850.969)
Amortização de financiamentos	(4.304.328)
Saldo em 30 de setembro de 2015	13.852.332
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15.166.537
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.933.271
Custos de Captação	(74.627)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.858.644
Varição monetária e cambial	216.243
Encargos financeiros provisionados	1.552.974
Encargos financeiros pagos	(1.320.119)
Amortização de financiamentos	(2.106.248)
Subtotal	16.368.031
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas	(98.980)
Saldo em 30 de setembro de 2016	16.269.051

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2016	30/09/2015
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	1.552.974	1.107.188
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(120.398)	(105.253)
Efeito Líquido no Resultado	1.432.576	1.001.935

Os valores dos encargos capitalizados no montante de R\$120.398 foram excluídos na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 13,13% em 30 de setembro de 2016 e 11,14% no mesmo período de 2015.

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o o exercício de 2016 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado *
Moeda Nacional			
Caixa Econômica Federal (D)	2020	132,14% do CDI	675.008
Debêntures(D)	2018	CDI+4,05%	1.574.625
KFW(GT)	2018	1,78%	1.965
Nota Promissória – 7ª emissão (GT)	2017	128% do CDI	605.740
Debêntures 4ª emissão 7ª série(GASMIG)	2020	TJLP	1.306
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação			<u>2.858.644</u>

A Cemig D emitiu, em março de 2016, em favor da Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$695 milhões, cuja finalidade consiste no pagamento de dívidas da companhia vincendas no primeiro semestre do ano de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para o principal, com o pagamento de juros trimestral nesse período e a amortização será efetuada em 30 meses, com o pagamento mensal das parcelas do principal e juros. Os recursos serão desembolsados pela Caixa Econômica Federal em 8 parcelas, no período compreendido entre o mês de março e o mês de maio do ano de 2016. Do total do montante, foram liberados R\$355 milhões em março de 2016, R\$300 milhões em abril de 2016 e R\$40 milhões em maio de 2016.

A Cemig D concluiu em março de 2016 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015, com prazo de vigência de 3 anos. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% a.a. e o principal será amortizado em duas parcelas iguais vincendas em dezembro de 2017 e dezembro de 2018. Os recursos captados serão utilizados para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias da Companhia.

Em 01 de julho de 2016, A Cemig GT concluiu a sua 7ª emissão de notas promissórias comerciais, totalizando R\$ 620.000. Os recursos obtidos foram destinados ao pagamento da 2ª parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do Leilão ANEEL 12/2015, bem como reforço de capital de giro da empresa. As notas promissórias têm prazo de 360 dias, com vencimento em 26 de junho de 2017, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 128% da variação acumulada das taxas média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, over extra grupo, que serão pagos na data de vencimento. A 7ª emissão de notas promissórias da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	30/09/2016	31/12/2015
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão	Quirografia	CDI + 0,90	2017	524.978	539.943
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,20	2022	965.534	922.328
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,00	2019	287.898	274.892
CEMIG GT 4ª Emissão	Quirografia	CDI + 0,85	2016	557.174	501.398
CEMIG GT 5ª Emissão	Quirografia	CDI+1,70	2018	1.578.587	1.411.646
CEMIG D - 1ª Série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	448.504	461.258
CEMIG D - 2ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.472.862	1.402.391
CEMIG D - 3ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	880.787	839.429
CEMIG GT 1ª Série 6ª Emissão	Fiança	CDI+1,6	2018	1.000.912	1.037.256
CEMIG GT 2ª Série 6ª Emissão	Fiança	IPCA+8,07	2020	30.410	29.185
CEMIG D 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	496.272	441.462
CEMIG D 4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	2018	1.734.258	-
GASMIG	Quirografia	TJLP+3,12	2016	4.117	41.009
GASMIG	Quirografia	CDI + 1,60	2018	100.648	102.862
GASMIG	Quirografia	CDI+0,74	2018	66.707	100.111
GASMIG	Quirografia	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	115.117	124.416
CEMIG TELECOM -1ª Série-1ª Emissão	Receíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	5.277	8.099
CEMIG TELECOM -2ª Série-1ª Emissão	Receíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	1.943	3.004
CEMIG TELECOM -3ª Série-1ª Emissão	Receíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	725	1.121
CEMIG TELECOM -4ª Série-1ª Emissão	Receíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	1.576	2.437
CEMIG TELECOM -5ª Série-1ª Emissão	Receíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	647	1.002
CEMIG TELECOM -6ª Série-1ª Emissão	Receíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	490	759
Subtotal				10.275.423	8.246.008
(-)/FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				(98.980)	
TOTAL				10.176.443	8.246.008

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atrelada a índices financeiros, apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente, registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM). As controladas da Companhia, Gasmig e Cemig Telecom também possuem convenants, conforme descritos abaixo.

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
CEMIG:	
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora (1)	Maior ou igual a 30,00%
GASMIG:	
EBITDA/Serviço da Dívida (2)	Igual ou maior que 1,3
Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)(2)	Menor que 0,6
TELECOM:	
LAJIDA/ Serviço da Dívida (3)	igual ou superior a 1,10
Margem LAJIDA (LAJIDA/ROL) (3)	igual ou superior a 0,30
Índice de Capitalização (PL/AT) (3)	igual ou superior a 0,30
Dívida Financeira Total/ LAJIDA(3)	igual ou inferior a 3,50

(1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

(2) Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (Cross Default).

(3) O descumprimento destas cláusulas pela Telecom poderá provocar o bloqueio de recursos na Conta Retenção, o vencimento antecipado do contrato e a execução das garantias. Tais obrigações resumem-se, principalmente, na manutenção, desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final, de pelo menos três dos quatro índices financeiros acima, os quais deverão ser atingidos ao final de cada semestre civil, ou seja, 30 de junho e 31 de dezembro.

A Administração entende que todas as cláusulas restritivas foram atendidas na última medição em 30 de junho de 2016.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Ativo		
Reserva Global de Reversão – RGR (1)	82.302	-
	82.302	-
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	35.541	47.780
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	136.720	281.552
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.879	2.968
Eficiência Energética	276.039	207.162
Pesquisa e Desenvolvimento	212.257	159.510
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.197	1.765
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	4.058	3.251
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	7.582	6.550
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	23.130	-
Encargo de Capacidade Emergencial	30.997	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	-	655
	814.909	743.396
Ativo Circulante	82.302	-
Passivo Circulante	395.106	516.983
Passivo Não Circulante	337.501	226.413

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. A Aneel, em 2016, julgou procedente o pedido, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, tendo sido concluído o direito da Companhia de recuperar o valor de R\$119.264. O valor demonstrado na nota está líquido do passivo.

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria (FORLUZ)	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	39.335	63.185	1.986	38.577	143.083
Despesa Reconhecida no Resultado	4.799	5.882	187	3.520	14.388
Contribuições Pagas	(4.256)	(3.098)	(92)	(573)	(8.019)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2015	39.878	65.969	2.081	41.524	149.452
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	199.183	74.034	1.958	28.016	303.191
Despesa Reconhecida no Resultado	20.817	7.604	206	2.831	31.458
Contribuições Pagas	(4.664)	(4.172)	(104)	(536)	(9.476)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016	215.336	77.466	2.060	30.311	325.173
				30/09/2016	31/12/2015
Passivo Circulante				10.607	9.139
Passivo Não Circulante				314.566	294.052

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria (FORLUZ)	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	799.487	1.120.185	31.946	680.034	2.631.652
Despesa Reconhecida no Resultado	97.533	106.518	3.053	63.256	270.360
Contribuições Pagas	(86.493)	(53.091)	(1.578)	(8.975)	(150.137)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2015	810.527	1.173.612	33.421	734.315	2.751.875
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	1.346.388	1.323.516	30.090	553.377	3.253.371
Despesa Reconhecida no Resultado	139.289	136.805	3.111	56.160	335.365
Contribuições Pagas	(94.770)	(68.034)	(1.681)	(9.246)	(173.731)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016	1.390.907	1.392.287	31.520	600.291	3.415.005
				30/09/2016	31/12/2015
Passivo Circulante				191.767	166.990
Passivo Não Circulante				3.223.238	3.086.381

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a Fundação.

21. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2016
Trabalhistas	289.841	73.343	(3.380)	(34.613)	325.191
Cíveis					
Relações de Consumo	17.378	12.900	(490)	(10.860)	18.928
Outras ações cíveis	28.792	16.398	(76)	(3.461)	41.653
	46.170	29.298	(566)	(14.321)	60.581
Tributárias	69.014	3.832	(1.216)	(763)	70.867
Ambientais	60	38	(59)	(1)	38
Regulatórias	45.180	5.475	(1.611)	(1.995)	47.049
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	35.355	33.133	(4.038)	(7.359)	57.091
Total	754.573	145.119	(40.372)	(59.052)	800.268

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2015
Trabalhistas	322.525	70.683	-	(21.470)	371.738
Cíveis					
Relações de Consumo	19.215	9.826	(3.378)	(9.270)	16.393
Outras ações cíveis	24.272	10.991	(78)	(5.955)	29.230
	43.487	20.817	(3.456)	(15.225)	45.623
Tributárias	73.059	4.863	(9.683)	(574)	67.665
Ambientais	1.215	49	(1.207)	-	57
Regulatórias	35.385	10.896	(2.085)	(259)	43.937
Societárias	239.445	21.669	-	-	261.114
Outras	39.859	1.552	(10.291)	(1.048)	30.072
Total	754.975	130.529	(26.722)	(38.576)	820.206

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2016
Trabalhistas	29.169	11.463	-	(5.578)	35.054
Cíveis					
Relações de Consumo	3.294	5	(491)	-	2.808
Outras ações cíveis	1.289	2.208	(75)	(45)	3.377
	4.583	2.213	(566)	(45)	6.185
Tributárias	10.306	1.283	(1.078)	(681)	9.830
Regulatórias	21.696	1.157	(1.611)	(89)	21.153
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	427	87	(1)	(24)	489
Total	335.134	16.203	(32.758)	(6.417)	312.162

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2015
Trabalhistas	31.688	10.821	-	(4.335)	38.174
Cíveis					
Relações de Consumo	3.250	16	-	(425)	2.841
Outras ações cíveis	171	1.572	(413)	(330)	1.000
	3.421	1.588	(413)	(755)	3.841
Tributárias	9.828	2.350	(2.650)	(643)	8.885
Ambientais	313	-	(313)	-	-
Regulatórias	23.065	-	(679)	-	22.386
Societárias	239.445	21.669	-	-	261.114
Outras	1.007	94	(859)	(86)	156
Total	308.767	36.522	(4.914)	(5.819)	334.556

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.050.286 (R\$971.908 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$325.191 foram provisionados (R\$289.841 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$35.984 (R\$18.049 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$18.928 (R\$17.378 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$224.656 (R\$185.048 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$41.653 (R\$28.792 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$374.099 (R\$257.334 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$70.867 foram provisionados (R\$69.014 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$31.453 (R\$25.720 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$38 foram provisionados (R\$60 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$226.599 (R\$201.871 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$47.049 (R\$45.180 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor provisionado, em contrapartida ao resultado financeiro foi de R\$239.451 (R\$268.953 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$27.553 (R\$23.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$186.696 (R\$126.444 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$29.538 foram provisionados (R\$11.702 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$251.233 (R\$236.671 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$283.839 (R\$263.819 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.474.682 (R\$1.361.429 em 31 de dezembro de 2015), e classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$309.348 (R\$681.751 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$522.557 (R\$482.032 em 31 de dezembro de 2015), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$174.780 (R\$202.081 em 31 de dezembro de 2015), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$184.177 (R\$226.579 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.336.130 (R\$1.300.338 em 31 de dezembro de 2015), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$258.110 (R\$230.346 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$177.785 (R\$155.251 em 31 de dezembro de 2015). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$71.943 (R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$248.464 (R\$222.449 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$313.336 (R\$276.321 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$362.424 (R\$314.015 em 31 de dezembro de 2015), bem como a probabilidade de perda para remota, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$114.198 (R\$99.000 em 31 de dezembro de 2015).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$71.766 (R\$64.338 em 31 de dezembro de 2015).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$389.060 (R\$363.452 em 31 de dezembro de 2015) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Programa Luz para Todos – questionamento contratual de fornecedores

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$231.065 (R\$202.145 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$38.127 (R\$33.097 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado, em 30 de setembro de 2016, é de R\$25.568 (R\$44.423 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$148.719 (R\$139.508 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2016, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

Lucro (prejuízo) por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	30/09/2016	30/09/2015	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)	(560.718)	(560.718)
Total	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados.

Dessa forma, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	30/09/2016	30/09/2015	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Lucro (Prejuízo) Líquido (A)	640.833	2.185.845	433.502	166.954
Total de ações (B)	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	0,51	1,74	0,34	0,13

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(120.515)	(120.514)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	691.057	720.203
Ajustes de Conversão de Balanço	78.479	80.930
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(571.142)	(578.647)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	87	292
	198.481	222.778
Ajustes de Avaliação Patrimonial	77.966	102.264

Dividendos Obrigatórios não Distribuídos

Em 29 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária deliberou, após a avaliação da manifestação do Conselho de Administração e do parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Companhia, e em conformidade com os requerimentos dos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, pela manutenção no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, do valor de R\$633.967, para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

No contexto da reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, considerando que o lucro líquido daquela data, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016, no montante de R\$2.491.375, tenha sido alterado para R\$2.468.500, o valor dos dividendos retidos no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$633.967 foi alterado para R\$622.530.

Ainda, em atendimento ao parágrafo 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração arquivou na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no dia 3 de maio de 2016, Aviso aos Acionistas, no qual explicou os motivos pelos quais sugeriu à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento dos dividendos previstos no Estatuto Social, de 50% do lucro do exercício, não seriam compatíveis com a atual situação financeira da Companhia. Isto ocorre em função, principalmente, do Capital Circulante Líquido da Companhia apresentar saldo negativo em 31 de dezembro de 2015, indicadores de endividamento e também os impactos do atual cenário macroeconômico sobre os preços de venda de energia, com reflexo na receita da Companhia.

23. RECEITA

	Consolidado	
	30/09/2016 Reapresentado	30/09/2015 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	17.315.733	16.598.556
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.348.132	1.177.227
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(937.053)	1.306.434
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	228.030	185.512
Receita de Construção de Transmissão (d)	36.405	88.732
Receita de Indenização de Transmissão - ressarcimento pela RAP	692.211	60.549
Receita de Construção de Distribuição (d)	881.450	690.632
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (h)	6.638	282.663
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (e) *	212.185	-
Transações com energia na CCEE (f)	138.870	1.885.881
Fornecimento de Gás	1.037.126	1.265.907
Outras Receitas Operacionais (g)	1.080.945	1.073.712
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (i)	(7.933.934)	(8.307.507)
Receita Operacional Líquida	14.106.738	16.308.298

	Consolidado	
	Jul a Set/16 Reapresentado	Jul a Set/15 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.787.568	5.640.810
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	511.552	446.345
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(273.498)	543.937
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	80.261	59.009
Receita de Construção de Transmissão (d)	4.771	32.474
Receita de Indenização de Transmissão - ressarcimento pela RAP	99.742	5.677
Receita de Construção de Distribuição (d)	329.351	247.227
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (h)	1.313	88.990
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (e) *	63.491	-
Transações com energia na CCEE (f)	87.198	173.791
Fornecimento de Gás	339.634	415.187
Outras Receitas Operacionais (g)	374.093	382.704
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (i)	(2.509.870)	(3.163.285)
Receita Operacional Líquida	4.895.606	4.872.866

* Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Residencial	7.406.095	7.313.315	5.818.783	5.303.127
Industrial	14.541.717	17.284.021	4.042.707	4.281.108
Comércio, Serviços e Outros	4.907.884	4.742.906	3.270.334	2.871.378
Rural	2.699.294	2.472.446	1.073.290	1.007.542
Poder Público	659.997	650.969	404.713	391.071
Iluminação Pública	1.012.312	994.543	395.771	389.217
Serviço Público	930.708	897.900	404.743	394.377
Subtotal	32.158.007	34.356.100	15.410.341	14.637.820
Consumo Próprio	27.614	27.722	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(105.308)	216.869
	32.185.621	34.383.822	15.305.033	14.854.689
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	8.813.064	8.951.487	1.884.424	1.919.455
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	126.276	(175.588)
Total	40.998.685	43.335.309	17.315.733	16.598.556

	MWh (1)		R\$	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Residencial	2.389.353	2.363.902	1.859.109	1.906.812
Industrial	5.031.850	5.695.265	1.379.561	1.508.064
Comércio, Serviços e Outros	1.522.936	1.482.339	985.574	1.004.288
Rural	1.015.555	928.036	394.504	410.839
Poder Público	208.314	209.647	128.652	142.009
Iluminação Pública	338.892	333.947	129.015	149.245
Serviço Público	318.605	301.214	136.068	148.111
Subtotal	10.825.505	11.314.350	5.012.483	5.269.368
Consumo Próprio	8.528	8.808	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	13.261	15.602
	10.834.033	11.323.158	5.025.744	5.284.970
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.006.675	2.032.579	677.340	444.084
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	84.484	(88.244)
Total	13.840.708	13.355.737	5.787.568	5.640.810

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 12.

d) Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição.

e) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

f) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

g) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015
Serviço Taxado	4.533	11.604
Serviço de Telecomunicações	117.906	100.503
Prestações de Serviços	120.149	92.009
Subvenções (*)	757.213	732.422
Aluguel e Arrendamento	73.423	69.587
Outras	7.721	67.587
	1.080.945	1.073.712

	Consolidado	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Serviço Taxado	1.593	2.803
Serviço de Telecomunicações	59.608	34.235
Prestações de Serviços	39.127	32.315
Subvenções (*)	246.636	273.263
Aluguel e Arrendamento	24.582	23.074
Outras	2.547	17.014
	374.093	382.704

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

h) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

i) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015
Tributos sobre a Receita		
ICMS (1)	3.873.741	3.282.747
COFINS	1.529.044	1.626.493
PIS-PASEP	331.964	352.969
Outros	5.238	4.400
	5.739.987	5.266.609
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	(26.420)	13.673
Programa de Eficiência Energética – PEE	44.873	42.558
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.596.577	2.016.018
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	35.936	39.535
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	35.936	39.527
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	17.968	19.768
Encargos do Consumidor - PROINFA	31.385	18.864
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	26.149	28.371
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	88.754	74.718
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	342.789	747.866
	2.193.947	3.040.898
	7.933.934	8.307.507

	Consolidado	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.259.453	1.178.286
COFINS	516.259	578.645
PIS-PASEP	112.078	125.499
Outros	1.794	1.445
	1.889.584	1.883.875
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	(42.033)	(3.437)
Programa de Eficiência Energética – PEE	10.978	14.265
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	571.148	859.323
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11.240	10.597
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	11.240	10.645
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	5.620	5.243
Encargos do Consumidor - PROINFA	11.363	6.165
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	8.467	8.735
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	32.692	19.901
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias (Reversão)	(429)	347.973
	620.286	1.279.410
	2.509.870	3.163.285

(1) A partir de 01 de janeiro de 2016, a alíquota dos consumidores comerciais, serviços e outras atividades foi alterada de 18% para 25% (Decreto nº 46.924, de 29 de dezembro de 2015).

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal (a)	1.217.201	987.204	26.587	28.553
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado (Reversão)	30.417	207.374	(3.024)	9.796
Obrigações Pós-Emprego	248.583	172.827	27.188	9.589
Materiais	40.935	52.887	52	192
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	35	81.503	-	-
Serviços de Terceiros (b)	601.806	617.779	6.226	6.517
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	6.126.458	7.268.235	-	-
Depreciação e Amortização	601.197	628.831	382	724
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	714.237	424.429	280.532	189.876
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	741.416	767.615	-	-
Gás Comprado para Revenda	623.503	789.616	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	917.855	779.364	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	372.298	407.735	11.646	13.420
	12.235.941	13.185.399	349.589	258.667

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Pessoal (a)	373.986	318.057	9.430	7.151
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado (Reversão)	24.217	62.158	1.210	5.408
Obrigações Pós-Emprego	89.306	57.609	9.380	3.196
Materiais	17.057	21.560	7	47
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia (recuperação de despesas)	8	6.532	-	-
Serviços de Terceiros (b)	201.023	204.826	2.397	2.321
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.170.348	2.534.554	-	-
Depreciação e Amortização	202.480	200.123	122	483
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	(19.375)	151.424	(165.669)	52.851
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	215.504	274.972	-	-
Gás Comprado para Revenda	196.494	265.694	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	334.122	279.701	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	132.206	118.547	1.683	3.880
	3.937.376	4.495.757	(141.440)	75.337

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Remunerações e Encargos	963.441	868.308	15.861	26.401
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	75.571	57.862	3.961	3.291
Benefícios Assistenciais	135.602	103.634	2.396	2.083
	1.174.614	1.029.804	22.218	31.775
Provisão Prêmio Aposentadoria (Reversão)	2.459	2.052	34	4
Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	92.919	-	5.323	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(52.791)	(44.652)	(988)	(3.226)
	42.587	(42.600)	4.369	(3.222)
	1.217.201	987.204	26.587	28.553

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Remunerações e Encargos	295.774	278.364	5.207	4.375
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	23.744	18.823	1.209	1.143
Benefícios Assistenciais	45.114	34.882	770	732
	364.632	332.069	7.186	6.250
Provisão Prêmio Aposentadoria (Reversão)	(2.205)	467	(161)	14
Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	29.034	-	3.234	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(17.475)	(14.479)	(829)	887
	9.354	(14.012)	2.244	901
	373.986	318.057	9.430	7.151

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em abril de 2016, a Companhia criou o PDVP, sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O desligamento dos empregados ocorreu no período de 02 de junho a 20 de outubro de 2016, conforme diretrizes da Companhia e contou com a adesão de 648 empregados. Os valores das rescisões foram integralmente provisionados, conforme demonstrado na tabela acima.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	101.587	91.129	-	-
Comunicação	41.918	45.030	278	314
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	175.003	156.271	49	61
Conservação e Limpeza de Prédios	72.068	72.821	522	307
Mão de Obra Contratada	8.819	3.223	-	-
Fretes e Passagens	5.156	7.287	1.724	1.643
Hospedagem e Alimentação	9.185	12.955	157	215
Vigilância	18.428	20.060	-	-
Consultoria	8.191	8.527	407	984
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	31.281	17.612	442	200
Manutenção e Conservação de Veículos	6.101	8.207	64	27
Corte e Religação	3.540	22.257	-	-
Meio Ambiente	12.532	15.968	-	-
Serviços Advocatícios	14.220	17.216	1.008	1.451
Custas Processuais	2.664	1.703	48	44
Poda de Árvores	8.888	18.696	-	-
Limpeza de Faixa	5.728	23.387	-	-
Reprografia e Publicações Legais	11.746	9.738	148	142
Inspeção de Unidades Consumidoras	613	3.115	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	2.588	3.626	-	-
Outras Despesas	61.550	58.951	1.379	1.129
	601.806	617.779	6.226	6.517

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	34.067	32.253	-	-
Comunicação	15.469	15.300	92	124
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	51.512	47.645	1	17
Conservação e Limpeza de Prédios	24.498	27.793	176	159
Mão de Obra Contratada	2.610	1.392	-	(4)
Fretes e Passagens	2.367	2.688	893	609
Hospedagem e Alimentação	3.598	4.420	63	88
Vigilância	5.945	7.554	-	-
Consultoria	1.234	3.110	178	383
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	15.473	6.099	102	131
Manutenção e Conservação de Veículos	1.459	2.633	18	18
Corte e Religação	1.775	6.325	-	-
Meio Ambiente	4.189	3.941	-	-
Serviços Advocatícios	5.149	4.445	425	429
Custas Processuais	779	693	22	19
Poda de Árvores	3.498	7.057	-	-
Limpeza de Faixa	1.708	8.644	-	-
Reprografia e Publicações Legais	4.186	3.258	42	47
Inspeção de Unidades Consumidoras	145	1.024	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	773	1.198	-	-
Outras Despesas	20.589	17.354	385	301
	201.023	204.826	2.397	2.321

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015
Energia de Itaipu Binacional	880.361	1.253.423
Contratos por Cotas de Garantia Física	403.913	183.398
Cotas das Usinas de Angra I e II	162.680	149.610
Energia de curto prazo	487.536	801.062
PROINFA	244.095	184.514
Contratos Bilaterais	216.963	247.095
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.862.534	3.063.843
Energia adquirida no Ambiente Livre	2.476.229	2.070.370
Créditos de PASEP-COFINS	(607.853)	(685.080)
	6.126.458	7.268.235

	Consolidado	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Energia de Itaipu Binacional	273.070	482.579
Contratos por Cotas de Garantia Física	152.753	69.914
Cotas das Usinas de Angra I e II	54.227	50.531
Energia de curto prazo	196.612	333.659
PROINFA	81.365	61.505
Contratos Bilaterais	74.872	81.426
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	650.259	978.368
Energia adquirida no Ambiente Livre	902.338	752.281
Créditos de PASEP-COFINS	(215.148)	(275.709)
	2.170.348	2.534.554

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	282.915	110.037	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	69.963	70.683	11.463	10.821
Cíveis	28.732	17.361	1.647	1.175
Tributárias	2.616	(4.820)	205	(300)
Ambientais	(21)	(1.158)	-	(313)
Regulatórias	3.864	8.811	(454)	(679)
Outras	29.095	(8.739)	86	(765)
	<u>134.249</u>	<u>82.138</u>	<u>12.947</u>	<u>9.939</u>
	417.164	192.175	12.947	9.939
Provisão em opções de Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 14)	267.585	179.937	267.585	179.937
Opção de venda SAAG (Nota 14)	29.488	52.317	-	-
	<u>297.073</u>	<u>232.254</u>	<u>267.585</u>	<u>179.937</u>
	714.237	424.429	280.532	189.876

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	108.349	51.960	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	31.166	35.166	1.177	5.461
Cíveis	10.909	375	175	(345)
Tributárias	(567)	(114)	(892)	(128)
Ambientais	36	1	-	-
Regulatórias	(9.088)	5.968	614	(3.555)
Societárias	-	(13.639)	-	(13.639)
Outras	3.110	(114)	24	(698)
	<u>35.566</u>	<u>27.643</u>	<u>1.098</u>	<u>(12.904)</u>
	143.915	79.603	1.098	(12.904)
Provisão em opções de Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 14)	(166.767)	65.755	(166.767)	65.755
Opção de venda SAAG (Nota 14)	3.477	6.066	-	-
	<u>(163.290)</u>	<u>71.821</u>	<u>(166.767)</u>	<u>65.755</u>
	(19.375)	151.424	(165.669)	52.851

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal e Administradores	46.155	46.614
Materiais	424.240	309.951
Serviços de Terceiros	321.916	307.130
Outros	125.544	115.669
	<u>917.855</u>	<u>779.364</u>

	Consolidado	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Pessoal e Administradores	13.659	18.406
Materiais	160.127	106.001
Serviços de Terceiros	120.164	116.707
Outros	40.172	38.587
	<u>334.122</u>	<u>279.701</u>

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Arrendamentos e Aluguéis	67.449	77.973	486	511
Propaganda e Publicidade	6.995	6.033	193	543
Consumo Próprio de Energia Elétrica	16.536	14.878	-	-
Subvenções e Doações	12.364	18.635	-	-
Concessão Onerosa	2.154	6.518	-	-
Seguros	7.254	6.605	2.844	2.834
Anuidade CCEE	5.802	6.189	2	2
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	74.798	48.369	2	11
FORLUZ – Custeio Administrativo	18.951	16.230	937	914
Agentes Arrecadadores	53.200	52.642	1	-
Outras Despesas	106.795	153.663	7.181	8.605
	372.298	407.735	11.646	13.420

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/16	Jul a Set/15	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Arrendamentos e Aluguéis	19.921	24.544	177	117
Propaganda e Publicidade	3.905	3.887	75	199
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.019	5.540	-	-
Subvenções e Doações	3.286	10.212	-	-
Concessão Onerosa	734	913	-	-
Seguros	2.335	2.161	894	945
Anuidade CCEE	1.850	2.032	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	32.484	2.864	-	11
FORLUZ – Custeio Administrativo	6.470	4.605	320	247
Agentes Arrecadadores	17.652	18.284	1	-
Outras Despesas	38.550	43.505	215	2.360
	132.206	118.547	1.683	3.880

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2016 Reapresentado	30/09/2015 Reapresentado	30/09/2016	30/09/2015
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	220.232	160.289	30.510	15.371
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	212.499	157.511	-	-
Variações Cambiais	56.140	139.194	1	15
Variação Monetária	60.974	15.015	10.278	1.572
Variação Monetária - CVA	206.967	56.516	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	42.615	-	10.108	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(54.349)	(18.593)	(9.020)	(6.937)
Multas Contratuais	9.633	18.065	-	33
Ajuste ao Valor Presente	325	971	-	-
Outras	80.155	28.428	35.180	5.272
	835.191	557.396	77.057	15.326
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.432.576)	(1.001.935)	-	-
Variações Cambiais	(19.225)	(163.309)	(1)	(1)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(232.366)	(279.126)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(3.056)	(9.315)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(86.782)	(97.533)	(4.270)	(4.799)
Variação Monetária AFAC – Governo Minas Gerais	-	(21.669)	-	(21.669)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	(13.844)	-	-	-
Outras	(100.166)	(72.956)	(61)	(157)
	(1.888.015)	(1.645.843)	(4.332)	(26.626)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.052.824)	(1.088.447)	72.725	(11.300)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/16 Reapresentado	Jul a Set/15 Reapresentado	Jul a Set/16	Jul a Set/15
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	84.755	67.588	15.097	6.923
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	70.166	60.671	-	-
Variações Cambiais	12.173	70.455	-	-
Variação Monetária	33.081	5.533	3.295	165
Variação Monetária - CVA	19.403	24.228	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	3.348	-	(13.067)	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(15.192)	(18.593)	(1.573)	(6.937)
Multas Contratuais	3.298	5.390	-	-
Ajuste ao Valor Presente	(396)	(234)	-	-
Outras	20.620	11.176	1.850	1.753
	231.256	226.214	5.602	1.904
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(524.775)	(377.086)	-	-
Variações Cambiais	(2.046)	(91.072)	(1)	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(46.959)	(52.770)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(301)	(2.241)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(22.483)	(25.249)	(1.106)	(1.242)
Variação Monetária AFAC – Governo Minas Gerais	-	(21.669)	-	(21.669)
Outras	(57.604)	(25.870)	(21)	(17)
	(654.168)	(595.957)	(1.128)	(22.928)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(422.912)	(369.743)	4.474	(21.024)

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	56.463	18.674	-	-	112.168	106.273	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	3.834	8.619	-	-	(1.790)	(802)
Depósito Administrativo – AFAC (2)	-	-	-	-	29.502	-	(29.502)	(21.669)
Não Circulante								
Financiamentos – BDMG	-	-	23.376	50.067	-	-	-	-
Depósito Administrativo – AFAC (2)	-	-	239.451	268.953	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	7.785	10.519	314	66	(110.703)	(76.896)
Prestação de serviços (4)	1.660	199	-	-	8.420	54	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	809	1.478	-	-	(5.307)	(4.771)
Prestação de serviços (4)	211	211	-	-	665	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.540	5.788	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	32.459	15.639	3.164	-	(449.584)	(511.770)
Adiantamento para entrega futura de energia elétrica (5)	-	86.941	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	130	130	2.634	-	741	-	(22.486)	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	-	-	(14.575)	(10.076)
Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.188	1.481	-	-	(12.359)	(7.107)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	593	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Aportes para Aumento do Capital Social (6)	-	-	4.968	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	1.518	-	-	(118.506)	(73.749)
Adiantamento para entrega futura de energia elétrica (7)	7.614	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento para entrega futura de energia elétrica (7)	133.603	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber	69.618	60.000	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	12.671	11.234	-	-	(82.956)	(68.625)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	914	673	-	-	(6.425)	(5.068)
Prestação de serviços (4)	78	70	-	-	755	848	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	678	678	-	-	-	-	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	253	242	-	-	(1.605)	(1.027)
Prestação de serviços (4)	119	111	-	-	763	492	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	294	-	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Controlada em conjunto								
Transudeste Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	157	150	-	-	(1.023)	(1.137)
Prestação de serviços (4)	141	120	-	-	419	394	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	213	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	2.872	2.897	-	-	(18.475)	(21.808)
Light Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	7.726	593	470	470	49.714	38.994	(623)	(451)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	13.631	43.972	-	-	-	-	-	-
Parati Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	8.807	-	-	-	-	-	-
Axiom Circulante								
Prestação de serviços (8)	-	-	1.707	5.925	-	-	(38.065)	(32.118)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	144	96	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	1.355.926	1.030.612	-	-	128.436	73.469	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	28.469	16.905	-	-	-	-	-	-
FORLUZ Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	84.469	75.970	-	-	(139.289)	(97.534)
Despesa com pessoal (10)	-	-	-	-	-	-	(75.571)	(57.862)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(18.951)	(16.233)
Arrendamento Operacional (12)	-	-	1.703	1.544	-	-	(15.292)	(13.685)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	1.306.438	1.270.418	-	-	-	-
Cemig Saúde Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	93.938	78.889	-	-	(139.916)	(109.572)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	1.329.869	1.274.717	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais (vide Nota Explicativa nº 21);
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- Realizado em fevereiro de 2015, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 135% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA, em função do suprimento de energia. A compensação foi concluída em 15 de março de 2016;
- A Companhia realizou aporte na controlada em conjunto Guanhães Energia S.A., no qual foi liquidado em 01 de julho de 2016. Mais informações estão disponíveis na Nota Explicativa nº 13;
- As antecipações de pagamento foram realizadas em conformidade às condições dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados entre a Cemig GT e Renova.
- Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 20) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 24) em conformidade ao regulamento do Fundo;

- (11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (12) Aluguel do edifício sede;
- (13) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 20).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 7, 16 e 23.

Antecipação de pagamento de contrato de energia com a Renova

Em junho de 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Comercializadora, no âmbito do Contrato, R\$94.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova.

Contas a Receber da Renova

A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6.000, a ser paga até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	Vencimento	30/09/2016
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	2042	683.615
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	2042	2.928.322
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	2034	1.992.752
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	2037	729.195
Guanhães	Controlada em conjunto	Aval	Nota Promissória	2017	63.871
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	2023	9.626
					6.407.381

Em 30 de setembro de 2016, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 30 de setembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2016				
				Cemig 7,57%	Cemig GT 11,29%	Cemig D 31,71%	Demais Controladas 21,50% *	Total
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	418	623	1.750	1.186	3.978
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	4.199	6.267	17.597	11.928	39.990
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	793	1.184	3.326	2.254	7.558
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	3.782	5.645	15.851	10.744	36.021
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	1.922	2.869	8.054	5.460	18.304
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.402	3.586	10.068	6.824	22.880
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	792	1.183	3.321	2.251	7.547
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	-	-	-	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	834	1.245	3.495	2.369	7.944
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	784	1.170	3.286	2.227	7.467
				15.926	23.772	66.748	45.243	151.689

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2015				
				Cemig 10,17%	Cemig GT 29,71%	Cemig D 22,22%	Demais Controladas 37,90% *	Total
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.154	3.369	2.520	4.297	11.340
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	5.071	14.807	11.076	18.891	49.845
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	1.100	3.212	2.402	4.099	10.813
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	5.442	15.889	11.884	20.271	53.486
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.213	6.461	4.832	8.242	21.748
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.766	8.076	6.041	10.303	27.186
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.023	2.988	2.235	3.812	10.058
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	289	845	632	1.077	2.843
				19.058	55.647	41.622	70.992	187.319

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos primeiros semestres de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração	17.796	13.974
Participação nos Resultados (Reversão)	(642)	2.364
Benefícios Assistenciais	1.121	733
Total	18.275	17.071

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 e Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 das usinas de geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Venda. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de distribuição abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 128% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente similar ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.
- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne (SAAG) foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. Para mensuração do valor justo das opções de venda de ações da Parati foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado até o primeiro trimestre de 2016. Em decorrência das alterações no acordo de acionistas da Parati, no segundo trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções de venda de ações da Parati (mais detalhes na Nota Explicativa nº 13). A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, ambos trazidos a valor presente na data destas Informações Contábeis Intermediárias.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	43.487	43.487	51.939	51.939
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	1.649.591	1.649.591	872.693	872.693
Créditos com Consumidores e Revendedores	3.339.333	3.339.333	3.639.243	3.639.243
Concessionários – Transporte de Energia	286.341	286.341	258.925	258.925
Bonificação de Outorga	2.246.296	2.246.296	-	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão e Geração	2.293.298	2.293.298	1.600.553	1.600.553
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	63.751	63.751	71.695	71.695
Depósitos Vinculados a Litígios	1.891.339	1.891.339	1.813.341	1.813.341
CVA e Outros Componentes Financeiros	604.839	604.839	1.349.656	1.349.656
Créditos junto a Eletrobrás	194.393	194.393	-	-
Fundos Vinculados	1.036	1.036	162	162
	12.613.704	12.613.704	9.658.207	9.658.207
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	199.980	199.980	135.983	135.983
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	66.320	65.424	224.860	223.873
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	879.785	879.785	2.285.452	2.285.452
Passivos financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda	1.689.790	1.689.790	1.392.717	1.392.717
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.620.208	1.620.208	1.901.153	1.901.153
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.269.051	16.096.489	15.166.537	15.543.680
Concessões a Pagar	21.982	20.938	21.388	19.275
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	803.584	803.584	811.573	811.573
CVA e Outros Componentes Financeiros	491.485	491.485	-	-
	19.206.310	19.032.704	17.900.651	18.275.681

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2016		31/12/2015	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	6.042	19.613	8.223	32.109
Fornecedores (Itaipu Binacional)	55.775	180.607	82.983	314.859
	<u>61.817</u>	<u>200.220</u>	<u>91.206</u>	<u>346.968</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 18)	3.029	11.050	3.395	14.430
Passivo Líquido Exposto		<u>211.270</u>		<u>361.398</u>

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2017 será uma valorização de 2,19% para o dólar (R\$3,317) e uma desvalorização de 0,30% para o Euro (R\$3,637). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2016	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	19.613	20.042	25.051	30.066
Fornecedores (Itaipu Binacional)	180.607	184.557	230.682	276.863
	<u>200.220</u>	<u>204.599</u>	<u>255.733</u>	<u>306.929</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	11.050	11.017	13.770	16.527
Passivo Líquido Exposto	<u>211.270</u>	<u>215.616</u>	<u>269.503</u>	<u>323.456</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>4.346</u>	<u>58.233</u>	<u>112.186</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$60.070 (R\$71.852 em 31 de dezembro de 2015).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 5)	1.649.591	872.693
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	946.105	2.510.312
Fundos Vinculados	1.036	162
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 18)	604.839	1.349.656
Créditos junto à Eletrobrás	194.393	-
	<u>3.395.964</u>	<u>4.732.823</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 18)	(11.814.804)	(10.734.336)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 18)	(212.553)	(283.160)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 12)	(491.485)	-
	<u>(12.518.842)</u>	<u>(11.017.496)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(9.122.878)</u>	<u>(6.284.673)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2017, as taxas SELIC e TJLP serão de 11,75% e 7,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2016	30 de setembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 11,75% TJLP 7,00%	Cenário Possível SELIC 14,69% TJLP 8,75%	Cenário Remoto SELIC 17,63% TJLP 10,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 5)	1.649.591	1.843.418	1.891.916	1.940.414
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	946.105	1.057.272	1.085.088	1.112.903
Fundos Vinculados	1.036	1.158	1.188	1.219
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	604.839	675.908	693.690	711.472
Outros Créditos com a Eletrobrás	194.393	217.234	222.949	228.664
	<u>3.395.964</u>	<u>3.794.990</u>	<u>3.894.831</u>	<u>3.994.672</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 18)	(11.814.804)	(13.203.043)	(13.550.399)	(13.897.754)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 18)	(212.553)	(227.432)	(231.151)	(234.871)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 12)	(491.485)	(549.234)	(563.684)	(578.134)
	<u>(12.518.842)</u>	<u>(13.979.709)</u>	<u>(14.345.234)</u>	<u>(14.710.759)</u>
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	<u>(9.122.878)</u>	<u>(10.184.720)</u>	<u>(10.450.403)</u>	<u>(10.716.087)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(1.061.842)</u>	<u>(1.327.525)</u>	<u>(1.593.209)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de setembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2016	31/12/2015
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 12) *	127.239	120.853
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 12)	1.746.340	1.054.129
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 12)	2.246.296	-
	<u>4.119.875</u>	<u>1.174.982</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.133.948)	(3.909.872)
Concessão Onerosa	-	-
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(803.584)	(811.573)
	<u>(4.937.532)</u>	<u>(4.721.445)</u>
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	<u>(817.657)</u>	<u>(3.546.463)</u>

* Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25 de março de 2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2017, a taxa IPCA será de 5,01%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2016	30 de setembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,01%	Cenário Possível IPCA 6,27%	Cenário Remoto IPCA 7,52%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 12)	127.239	133.617	135.217	136.807
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 12)	1.746.340	1.833.881	1.855.836	1.877.665
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 12)	2.246.296	2.358.898	2.387.139	2.415.217
	<u>4.119.875</u>	<u>4.326.396</u>	<u>4.378.192</u>	<u>4.429.689</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.133.948)	(4.341.175)	(4.393.147)	(4.444.821)
Concessão Onerosa - IPCA	-	-	-	-
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(803.584)	(843.866)	(853.969)	(864.014)
	<u>(4.937.532)</u>	<u>(5.185.041)</u>	<u>(5.247.116)</u>	<u>(5.308.835)</u>
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	<u>(817.657)</u>	<u>(858.645)</u>	<u>(868.924)</u>	<u>(879.146)</u>
(Efeito Líquido da Variação do IPCA)		<u>(40.988)</u>	<u>(51.267)</u>	<u>(61.489)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	923.361	3.135.629	2.759.039	11.321.438	2.163.587	20.303.054
Concessões a pagar	238	705	1.873	9.612	13.666	26.094
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	10.753	32.652	89.310	597.235	471.408	1.201.358
	934.352	3.168.986	2.850.222	11.928.285	2.648.661	21.530.506
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.503.579	116.629	-	-	-	1.620.208
	2.437.931	3.285.615	2.850.222	11.928.285	2.648.661	23.150.714

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	529	1.606	4.394	29.384	23.193	59.106
- Pré-fixadas						
Fornecedores	8.455	-	-	-	-	8.455
	8.984	1.606	4.394	29.384	23.193	67.561

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída em 30 de setembro de 2016, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$586.779.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas Cemig GT, Cemig Telecom e Gasmig possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento pela garantidora da Cemig GT, a CEMIG, e pela Gasmig, de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual e pela Cemig Telecom que possui exigibilidade de cumprimento anual e semestral, ou seja, 30 de setembro e 31 de dezembro. O não atendimento destas cláusulas, verificadas anualmente no final do exercício, obrigam a devedora a constituir garantias adicionais, sob pena de ensejar a aceleração do vencimento da dívida.

Em 30 de junho de 2016, assim como em 31 de dezembro de 2015, a Cemig Telecom atendeu a três dos índices financeiros (covenants) que podem causar o vencimento antecipado do contrato ou o bloqueio de recursos na conta de retenção, conforme permitido pelo contrato de emissão de debêntures, que requer a manutenção de pelo menos três dos quatro índices financeiros no período compreendido desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final.

A Administração entende que todas as cláusulas restritivas foram atendidas na última medição em 30 de junho de 2016.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 30 de setembro de 2016 é apresentada a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Total do Passivo	28.931.656	27.869.413
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.693.078)	(924.632)
(-) Fundos Vinculados	(1.036)	(162)
Passivo Líquido	27.237.542	26.944.619
Total do Patrimônio Líquido	14.255.888	12.987.676
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,91	2,07

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30 de setembro de 2016	Valor justo em 30 de setembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	66.802		66.802	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	593.937		593.937	-
Letras Financeiras - Bancos	155.681	155.681	-	-
Debêntures	63.365		63.365	-
	879.785	155.681	724.104	-
Fundos Vinculados	1.036	-	1.036	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	199.980	-	-	199.980
	1.080.801	155.681	725.140	199.980
Passivos				
Opções de venda (1)	(1.689.790)	-	(1.512.688)	(177.102)
	(608.989)	155.681	(787.548)	22.878

(1) A partir do segundo trimestre, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 13.

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	1.577.172	-	1.577.172	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	87.938	-	87.938	-
Letras Financeiras - Bancos	460.010	460.010	-	-
Debêntures	160.332	-	160.332	-
	2.285.452	460.010	1.825.442	-
Fundos Vinculados	162	-	162	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	-	-	135.983
	2.421.597	460.010	1.825.604	135.983
Passivos				
Opções de venda	(1.392.717)	-	-	(1.392.717)
	1.028.880	460.010	1.825.604	(1.256.734)

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções da SAAG utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios das Companhias e o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da Parati. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 (reapresentado)								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.966.833	4.969.016	18.252.553	338.912	2.484.693	2.644.418	(468.881)	43.187.544
ADIÇÕES AO SEGMENTO	740.337	-	854.060	27.630	27.390	-	-	1.649.417
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	2.255.561	36.405	-	-	-	-	-	2.291.966
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	6.275.420	2.374.564	1.473.706	-	-	20.456	-	10.144.146
RECEITA LÍQUIDA	4.268.400	953.846	8.000.957	99.711	847.565	89.562	(153.303)	14.106.738
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.305.000)	-	(3.857.716)	-	-	(3)	36.261	(6.126.458)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(232.477)	(243)	(605.478)	-	-	-	96.782	(741.416)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(623.503)	-	-	(623.503)
Total dos Custos Operacionais	(2.537.477)	(243)	(4.463.194)	-	(623.503)	(3)	133.043	(7.491.377)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(202.412)	(81.019)	(852.103)	(17.546)	(30.424)	(33.697)	-	(1.217.201)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(4.095)	(2.311)	(26.939)	-	-	2.928	-	(30.417)
Obrigações Pós-Emprego	(39.975)	(15.575)	(165.845)	-	-	(27.188)	-	(248.583)
Materiais	(8.118)	(2.115)	(29.226)	(74)	(1.387)	(78)	28	(40.970)
Serviços de Terceiros	(91.502)	(21.295)	(472.356)	(16.523)	(11.135)	(6.752)	17.757	(601.806)
Depreciação e Amortização	(156.261)	-	(367.753)	(24.949)	(40.402)	(11.832)	-	(601.197)
Provisões (Reversões) Operacionais	(56.512)	(6.935)	(370.553)	294	-	(280.531)	-	(714.237)
Custos de Construção	-	(36.405)	(854.060)	-	(27.390)	-	-	(917.855)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(48.224)	(7.898)	(284.938)	(13.406)	(7.651)	(12.656)	2.475	(372.298)
Total do Custo de Operação	(607.099)	(173.553)	(3.423.773)	(72.204)	(118.389)	(369.806)	20.260	(4.744.564)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.144.576)	(173.796)	(7.886.967)	(72.204)	(741.892)	(369.809)	153.303	(12.235.941)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	1.123.824	780.050	113.990	27.507	105.673	(280.247)	-	1.870.797
Resultado de Equivalência Patrimonial	(155.226)	301.402	(69.934)	(25.648)	-	(3.334)	-	47.260
Receitas Financeiras	134.676	4.100	597.394	3.275	11.548	84.198	-	835.191
Despesas Financeiras	(998.640)	(3.673)	(847.214)	(5.047)	(29.073)	(4.368)	-	(1.888.015)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	104.634	1.081.879	(205.764)	87	88.148	(203.751)	-	865.233
Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.006)	(217.859)	23.223	(1.962)	(25.250)	62.454	-	(224.400)
RESULTADO	39.628	864.020	(182.541)	(1.875)	62.898	(141.297)	-	640.833
Participação dos acionistas controladores	39.628	864.020	(182.541)	(1.875)	62.628	(141.297)	-	640.563
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	270	-	-	270
	39.628	864.020	(182.541)	(1.875)	62.898	(141.297)	-	640.833

* A despesa de provisões operacionais registrada na coluna de outras, no valor de R\$280.531 refere-se substancialmente a despesas com opção de compra de investimentos mantidos pela controladora e descritos na Nota Explicativa nº 13.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 (reapresentado)								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	12.624.808	4.084.346	17.595.854	334.249	2.395.250	1.718.474	(168.331)	38.584.650
ADIÇÕES AO SEGMENTO	959.217	-	690.632	32.926	33.923	-	-	1.716.698
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO		88.732						88.732
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.731.112	2.373.775	1.210.833	-	-	379.261	-	9.694.981
RECEITA LÍQUIDA	5.453.931	348.781	9.576.632	92.610	1.012.722	67.395	(243.773)	16.308.298
CUSTOS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.030.610)	-	(5.374.154)	-	-	(28)	136.557	(7.268.235)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(220.383)	(214)	(629.842)	-	-	-	82.824	(767.615)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(789.616)	-	-	(789.616)
Total dos Custos Operacionais	(2.250.993)	(214)	(6.003.996)	-	(789.616)	(28)	219.381	(8.825.466)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(158.753)	(81.195)	(683.977)	(11.282)	(17.972)	(34.025)	-	(987.204)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(34.834)	(18.107)	(142.826)	(1.810)	-	(9.797)	-	(207.374)
Obrigações Pós-Emprego	(25.647)	(12.269)	(125.322)	-	-	(9.589)	-	(172.827)
Materiais	(91.240)	(4.046)	(37.504)	(70)	(1.305)	(225)	-	(134.390)
Serviços de Terceiros	(83.535)	(23.307)	(498.666)	(19.376)	(5.164)	(7.972)	20.241	(617.779)
Depreciação e Amortização	(217.277)	-	(335.366)	(27.047)	(38.968)	(10.173)	-	(628.831)
Provisões (Reversões) Operacionais	(55.070)	(1.004)	(177.780)	(699)	-	(189.876)	-	(424.429)
Custos de Construção	-	(88.732)	(690.632)	-	-	-	-	(779.364)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(42.389)	(12.314)	(302.396)	(14.467)	(19.958)	(20.362)	4.151	(407.735)
Total do Custo de Operação	(708.745)	(240.974)	(2.994.469)	(74.751)	(83.367)	(282.019)	24.392	(4.359.933)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.959.738)	(241.188)	(8.998.465)	(74.751)	(872.983)	(282.047)	243.773	(13.185.399)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	2.494.193	107.593	578.167	17.859	139.739	(214.652)	-	3.122.899
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8.420)	277.058	11.596	(21.414)	-	1.034	-	259.854
Resultado com Reorganização Societária	729.442	-	-	-	-	-	-	729.442
Receitas Financeiras	99.150	19.055	396.773	3.181	18.096	21.141	-	557.396
Despesas Financeiras	(719.246)	(6.207)	(852.434)	(4.347)	(36.873)	(26.736)	-	(1.645.843)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.595.119	397.499	134.102	(4.721)	120.962	(219.213)	-	3.023.748
Imposto de Renda e Contribuição Social	(751.168)	(49.276)	(57.257)	(5.478)	(35.588)	60.864	-	(837.903)
RESULTADO	1.843.951	348.223	76.845	(10.199)	85.374	(158.349)	-	2.185.845
Participação dos acionistas controladores	1.843.951	348.223	76.845	(10.199)	85.006	(158.349)	-	2.185.477
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	368	-	-	368
	1.843.951	348.223	76.845	(10.199)	85.374	(158.349)	-	2.185.845

30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 24 de maio de 2016, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 3,78%, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2016, até 27 de maio de 2017.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os períodos de janeiro a setembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/09/2016	30/09/2015
Receita de Construção	917.855	779.364
Encargos Financeiros Capitalizados	120.398	105.253
Transferência de Imobilizado para Outros Ativos de Longo Prazo (Usina de São Simão)	-	219.869
Indenização Usinas Não Renovadas – Transferência do Imobilizado para o Ativo Financeiro	-	546.410
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	734.530
Ativos aportados na Aliança Geração de Energia S.A.	-	581.114

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Principais captações e amortizações de dívidas:

Segue tabela com as principais captações e amortizações de dívidas:

	Companhia	Data	Valores em milhões de Reais (R\$)	Vencimento	Taxa contratada
Pagamento de empréstimos (Banco do Brasil)	Cemig D	21/10/2016	(625)	-	-
Emissão de Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil)	Cemig GT	24/10/2016	600	4 parcelas semestrais com vencimento final em outubro 2018	132,90% CDI
Pagamento de empréstimos (Banco do Brasil)	Cemig GT	24/10/2016	(716)	-	-
Pagamento de debentures (2ª e 4ª Emissão)	Cemig D	15/12/2016	(484)	-	-
Pagamento de debentures (4ª Emissão)	Cemig GT	23/12/2016	(575)	-	-
Pagamento de notas promissórias (6ª emissão)	Cemig GT	29/12/2016	(1.685)	-	-
7ª Emissão de debentures	Cemig GT	29/12/2016	2.240	Vencimento em 5 anos	140% CDI
Pagamento de Debentures (3ª emissão)	Cemig GT	15/02/2017	(629)	-	-

Concessão da UHE Miranda

Em 26 de outubro de 2016, o Ministério de Minas e Energia indeferiu o requerimento administrativo formulado pela Cemig de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda observando-se as bases originais do contrato de concessão, anteriores à Lei nº 12.783/2013. O término da concessão da UHE Miranda ocorrerá em dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de Miranda, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Cisão Total da Parati, com incorporação do acervo cindido pela RME e pela Lepsa

Em 2016, os acionistas decidiram implementar uma série de medidas visando simplificação societária do grupo Parati, conforme segue:

- Extinção da Redentor Energia S.A., por meio da incorporação reversa pela Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”);
- Cisão total da Parati, com incorporação do acervo cindido pela RME e Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”);
- Extinção da Parati, por meio da incorporação reversa pela RME e LEPSA;

Em novembro de 2016, RME e LEPSA declararam, ao todo, R\$463 milhões a título de dividendos com utilização de reservas de lucros acumuladas em anos anteriores. No mesmo mês, foi realizada chamada de capital pelas duas companhias, totalizando um aporte de R\$446 milhões, integralizado exclusivamente pela Cemig.

Em função dessas alterações, a Cemig passou a ter a seguinte participação acionária nessas empresas:

- RME – 50,00% das ações ordinárias, com participação de 66,27% do capital social total.
- LEPSA – 50,00% das ações ordinárias, com participação de 66,62% do capital social total.

Como resultado do aumento do capital e do exercício da opção de venda mencionado em tópico desta nota, ocorreu um aumento da participação indireta, através da RME e Lepsa, e direta da Cemig na Light, de 32,58% para 43,38%.

Foram celebrados instrumentos para formalizar as devidas alterações nos direitos e obrigações referentes à Opção de Venda outorgada pela Cemig aos Acionistas Diretos sobre as ações da Parati, para que tais direitos e obrigações recaiam sobre as ações de emissão da RME e da Lepsa, uma vez que essas sociedades recebem todo o acervo cindido decorrente da cisão total de sua controladora e única acionista, a Parati.

Exercício de opção de venda

A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual (“BTG Pactual”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas de sua participação acionária na Parati.

Em outubro de 2016, em função da extinção da Parati, a Opção de Venda foi desdobrada para RME e LEPSA na proporção de 50% para cada, mantidas todas as condições previstas na Opção de Venda original, exceto os itens modificados nos aditivos, incluindo alteração nos seus Estatutos Sociais.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig pagou R\$221,8 milhões pela parcela do BTG Pactual na RME e LEPSA, pelo exercício da primeira janela da PUT.

Covenants Estatutários

O Estatuto Social da Companhia estabelece determinadas metas de endividamento e investimentos que deverão ser cumpridas pela Administração da Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2017 foi autorizada a ultrapassagem desses indicadores excepcionalmente para o exercício de 2017, conforme tabela abaixo:

	Meta do Estatuto	Ultrapassagem autorizada na AGO
Endividamento consolidado/Lajida	2,00	4,44
Dívida Líquida/Dívida Líquida + Patrimônio Líquido	40,00%	55,00%
Investimento de capital e aquisição de quaisquer ativos/Lajida	40,00%	192,00%

Os novos limites aprovados para 2017 deverão ser revistos quando da aprovação do orçamento de 2017 pelo Conselho de Administração e deverão ser submetidos novamente aos acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Volta Grande

Em 21 de março de 2017, através da Resolução nº 2.208, a Aneel homologou a RAG da UHE Volta Grande em regime de cotas, em prestação temporária de serviço de geração de energia elétrica pela Cemig GT até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

Requerimentos de Instauração de Processos Administrativos no Ministério de Minas e Energia – Concessões das UHE’s de Volta Grande, Jaguara, São Simão e Miranda

A Cemig GT reiterou, em fevereiro de 2017, junto ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), seu pedido de prorrogação, por 20 (vinte) anos, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/97, dos prazos de concessão das UHE’s de Jaguara, São Simão e Miranda, e, subsidiariamente, requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que: I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018; II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro. Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997, a Cemig GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/1997.

Nesta mesma data, a Companhia protocolizou junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Decisão Liminar no Mandado de Segurança da Usina de São Simão

O Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) concedeu a liminar para manter a Cemig Geração e Transmissão S/A (“Cemig GT”) na titularidade da concessão da Usina Hidrelétrica de São Simão (“UHE São Simão”), em Minas Gerais, nas bases iniciais do Contrato de Concessão n.º 007/97, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança nº 21.465, no STJ, impetrado pela Companhia.

Conforme movimentação processual no sítio do STJ (06/03/2017, às 20h14) e certidão STJ nº 1783814 (gerada em 07/03/2017, às 06h47), foi “concedida a medida liminar de CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A até a conclusão do julgamento do presente mandado de segurança, para permitir que a ora impetrante permaneça na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/97”.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 21.465/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Revogação da liminar na Ação Cautelar 3980/STF - Usina Jaguará

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará (“UHE Jaguará”) sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97.

Conforme movimentação processual no sítio do STF (21/03/2017), foi “revogada a liminar anteriormente concedida, determinando o seguimento da demanda, com envio dos autos à d. PGR, para manifestação de estilo nos autos do RMS nº 34.203”.

Alienação de Parques Eólicos pela Renova

Em 13 de janeiro de 2017, a Renova acordou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”).

Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R\$ 600 milhões e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico (“SPEs”) que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias (“Transação”).

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$700 milhões a título de earn-out, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$50 milhões ficarão retidos em conta vinculada (*escrow account*) e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

O valor total de aquisição de R\$ 650 milhões anunciado em janeiro de 2017 fazia referência ao valor de R\$ 600 milhões a ser pago pela aquisição, somado ao valor retido em conta vinculada de R\$ 50 milhões mencionado no parágrafo anterior.

Em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do contrato de compra e venda de ações (“CCVA”). O fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

Alterações no Estatuto Social da Light (“Reforma Estatutária”)

O Conselho de Administração da Light S.A. aprovou, em 28 de março de 2017, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”) para: (i) deliberar sobre alterações no seu estatuto social (“Reforma Estatutária”); e (ii) considera a possibilidade de realização de uma oferta pública primária de ações, com esforços restritos de distribuição, no Brasil, com base na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e, no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América, com base nas disposições da Rule 144A e do Regulation S, nos termos do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado (“Securities Act”) (“Oferta”), a qual poderá ter ainda uma parcela secundária com a eventual participação de acionistas da Light.

A Light informa que este Fato Relevante não tem o propósito de ser publicado ou distribuído, direta ou indiretamente, nos Estados Unidos da América e não constitui uma oferta de venda de valores mobiliários nos Estados Unidos da América. Os valores mobiliários mencionados neste Fato Relevante não foram e não serão registrados ao abrigo do Securities Act, ou qualquer outra lei referente a valores mobiliários, e não devem ser oferecidos ou vendidos nos Estados Unidos da América sem o devido registro ou uma isenção de registro aplicável nos termos do Securities Act.. Nesta data, não há nenhuma oferta pública sendo conduzida no Brasil ou nos Estados Unidos da América.

Nenhum valor mobiliário deve ser vendido em nenhum estado ou jurisdição, incluindo no Brasil ou nos Estados Unidos da América, nos quais a oferta, solicitação ou venda de tal valor mobiliário seja considerada ilegal antes do registro ou enquadramento nas leis sobre valores mobiliários de tal estado ou jurisdição.

Este Fato Relevante tem caráter meramente informativo e não deve, em nenhuma circunstância, ser interpretado como, nem constituir, uma recomendação de investimento ou uma oferta de venda, ou uma solicitação ou uma oferta de compra de quaisquer valores mobiliários da Companhia no Brasil, incluindo as ações de sua emissão.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

Considerando o período de adesão dos empregados, não é possível estimar os efeitos nas demonstrações financeiras da Cemig em 2017.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração deliberou autorizar o aporte de capital, na Cemig GT, no montante de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Aditivos Contratuais da GASMIG

Em 10 de fevereiro de 2017, a Gasmig assinou o aditivo de número 07 ao contrato de suprimento adicional de gás – CSA e o aditivo número 02, normas gerais, com a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, alterando as regras contratuais e, conseqüentemente, a expectativa de resultados futuros da Gasmig. Os principais elementos do novo contrato de suprimento de gás, e suas conseqüências nos resultados da Gasmig, são apresentados a seguir:

- Vigência a partir de 01 de janeiro de 2017 e com final em dezembro de 2021.
- Alteração da Quantidade Diária Contratada e dos compromissos de retirada diária de gás, com adequação às expectativas de consumo do mercado mineiro até dezembro de 2021.
- Compromisso de Retirada Mínima Anual (*Take or Pay*) passa a ser apurado mensalmente, com recuperação automática do volume de gás já pago e ainda não retirado.
- Parcelamento do compromisso de *Take or Pay* relativo ao ano de 2015, com previsão de pagamento em até 36 parcelas, com possibilidade de antecipação das parcelas.
- Ajuste do preço de aquisição do gás fornecido pela Petrobras.
- Cláusulas de programação de retirada de gás mais restritivas.
- Não será apurado/pago o compromisso de Retirada Mínima Anual (*Take or Pay*) relativo ao ano de 2016.

Por força da vigência do contrato anterior, a Gasmig registrou R\$225.394 na conta de adiantamento a fornecedor – direito de retirada de gás, no ativo não circulante, e sua contrapartida na conta de fornecedores de gás, no passivo circulante. Esse registro provocou impacto no capital circulante líquido da Gasmig, que ficou negativo em R\$354.011. Com a assinatura do novo aditivo contratual, o compromisso de retirada mínima anual do ano 2016 foi extinto.

Adicionalmente Gasmig e Petrobras negociaram a rescisão do Contrato de Serviço de Distribuição para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), sem ônus para as partes envolvidas.

Assinatura dos contratos de concessão, pela Taesa, do Leilão ANEEL nº 13/2015 (2ª etapa).

No dia 10 de fevereiro de 2017 foram assinados, pela Taesa, os contratos de concessão 17/2017 (Janaúba), 04/2017 (Aimorés), 03/2017 (Paraguaçu) e 19/2017 (ESTE), com prazo de vigência de 30 anos.

Investimento na Madeira Energia – resultado do processo de arbitragem

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº13, a Cemig e a SAAG instauraram processo de arbitragem tendo a MESA como parte, sendo que em novembro de 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia não espera perdas na realização dos créditos a receber referente a indenização de transmissão, com maiores detalhes sobre os saldos a receber e critérios de atualização na Nota Explicativa nº 12.

TAESA arremata o principal lote do Leilão ANEEL 005/2016

No dia 24 de abril de 2017, o Consórcio Columbia formado pelas empresas Taesa e Cteep, conquistou o lote 1 do Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizado pela ANEEL ao oferecer R\$267.316 de receita anual permitida (RAP).

O empreendimento, que exigirá R\$ 1,936 bilhão em investimentos, é composto pelas linhas de transmissão de 525 kV Guaíra - Sarandi, com 266,3 quilômetros de extensão; Foz do Iguaçu - Guaíra, com 173 quilômetros; Londrina - Sarandi, com 75,5 quilômetros, além da linha de 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte, com 85 quilômetros, e mais três subestações (Guaíra, Sarandi e Paranavaí Norte), localizados no Paraná.

O prazo para execução das obras é de 60 meses, por isso, conforme o edital, a entrada em operação comercial está prevista para agosto de 2022.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.

A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4 e 32 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Em 11 de novembro de 2016, emitimos relatório de revisão sem ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir (1) (i) alteração da política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios, resultando em reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, referente ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição e (ii) alteração da apresentação do fluxo de caixa para adequada apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga na atividade operacional no fluxo de caixa, conforme previsto no IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e (2) eventos subsequentes ocorridos entre a data base dessas informações contábeis intermediárias e a data de aprovação para reapresentação dessas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e 32 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.

A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

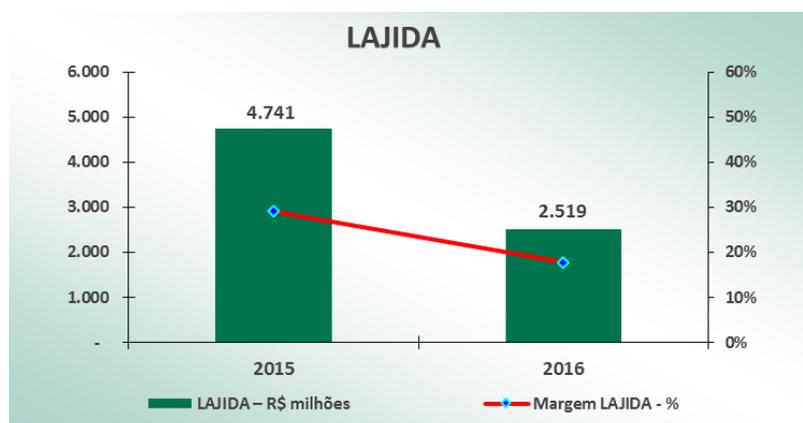
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no período de janeiro a setembro de 2016, um lucro líquido de R\$640.833 em comparação ao lucro líquido de R\$2.185.845 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 70,68%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 46,86% no período de janeiro a setembro de 2016 na comparação com o mesmo período de 2015:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2016	30/09/2015	Var %
Resultado do Exercício	640.833	2.185.845	(70,68)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	224.400	837.903	(73,22)
+ Resultado Financeiro	1.052.824	1.088.447	(3,27)
+ Depreciação e Amortização	601.197	628.831	(4,39)
= LAJIDA	2.519.254	4.741.026	(46,86)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução de 46,86% no LAJIDA, no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015 decorre, principalmente, da redução da receita e do ganho extraordinário, em 2015, referente a resultado de valor justo em operação societária no valor de R\$729.442. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 38,56%, passando de 29,07% no período de janeiro a setembro de 2015 para 17,86% no mesmo período de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$17.315.733 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a R\$16.598.556 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 4,32%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$15.305.033 no período de janeiro a setembro de 2016 comparada a R\$14.854.689 no mesmo período de 2015, representado um aumento de 3,03%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- Em contrapartida aos reajustes tarifários, ocorreu uma menor receita com bandeira tarifária em 2016, R\$342.789 na comparação com R\$747.866 em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança no período atual de encargos adicionais relacionados às bandeiras.
- Redução de 6,40% no volume de energia vendida.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a setembro de 2016, comparativamente às do mesmo período de 2015:

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh (1)		
	30/09/2016	30/09/2015	Var %
Residencial	7.406.095	7.313.315	1,27
Industrial	14.541.717	17.284.021	(15,87)
Comércio, Serviços e Outros	4.907.884	4.742.906	3,48
Rural	2.699.294	2.472.446	9,18
Poder Público	659.997	650.969	1,39
Iluminação Pública	1.012.312	994.543	1,79
Serviço Público	930.708	897.900	3,65
Subtotal	32.158.007	34.356.100	(6,40)
Consumo Próprio	27.614	27.722	(0,39)
	32.185.621	34.383.822	(6,39)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	8.813.064	8.951.487	(1,55)
Total	40.998.685	43.335.309	(5,39)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 15,87% na energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 9,18% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação e crescimento da base de consumidores.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No período de janeiro a setembro de 2016, a receita foi de R\$1.348.132 comparada a R\$1.177.227 do mesmo período de 2015, aumento de 14,52%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede, no período de janeiro a setembro de 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 10,56% no volume de energia transportada devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$937.053 no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação a uma constituição de R\$1.306.434 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em Leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Indenização de Transmissão

No período de janeiro a setembro de 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$692.211, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$43.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2015 no valor de R\$1.054.129;
- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157.106 em 23 de fevereiro de 2015, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente à remuneração com a utilização do custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a.;

- R\$56.370 referente à atualização pelo IGP-M, de julho a setembro de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$43.372 referente aos impactos da alteração no critério de apuração da atualização financeira, conforme Portaria 120.

O montante a receber, em 30 de setembro de 2016, corresponde a R\$1.746.340. Mais detalhes na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$138.870 no período de janeiro a setembro de 2016 comparada a R\$1.885.881 no mesmo período de 2015, uma redução de 92,64% decorrente, principalmente, da redução de 78,21% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no mercado atacadista (R\$70,85/MWh em 2016 e R\$325,12/MWh em 2015) e da redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Redução da receita com ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, sendo de R\$6.638 no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação a R\$282.663 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se à redução da base de remuneração da Cemig D após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.037.126 no período de janeiro a setembro de 2016 comparada a R\$1.265.907 no mesmo período de 2015, uma redução de 18,07%, decorrente basicamente da diminuição de 33,88% no volume de gás vendido (743.534m³ no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a 1.094.501m³ no mesmo período de 2015), sendo compensado parcialmente pelos reajustes nas tarifas.

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão, distribuição e gás) foram de R\$917.855 no período de janeiro a setembro de 2016 comparadas a R\$779.364 no mesmo período de 2015, apresentando aumento de 17,77%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, apresentaram um aumento de 20,80% nos períodos comparados (R\$1.521.161 no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação a R\$1.259.224 no mesmo período de 2015).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$7.933.934 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R\$8.307.507 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 4,50%.

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos em exercícios anteriores referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. A Aneel, em 2016, julgou procedente o recurso da Companhia, tendo sido reconhecido no resultado deste ano uma recuperação de despesa no valor de R\$50.388.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$12.235.941 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R\$13.185.399 no mesmo período de 2015, uma redução de 7,20%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$6.126.458 no período de janeiro a setembro de 2016 comparada a R\$7.268.235 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 15,71%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 39,21% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.862.534 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$3.063.843 no mesmo período de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- redução de 29,76% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$880.361 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$1.253.423 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês no período de janeiro a setembro de 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;
- redução de 39,14% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$487.536 no período de janeiro a setembro de 2016 e R\$801.062 no mesmo período de 2015).

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$741.416 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$767.615 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 3,41%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$714.237 no período de janeiro a setembro de 2016, comparadas a R\$424.429 no mesmo período de 2015, um aumento de 68,28%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Constituição de provisão nas opções de investimento da Parati e SAAG, no montante de R\$297.073 no período de janeiro a setembro 2016 na comparação com a provisão total de R\$232.254 no mesmo período de 2015. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 13 (Opções de Venda);

- Crescimento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$282.915 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a R\$110.037 no mesmo período de 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pela redução da atividade econômica, com impacto nas taxas de desemprego e renda das famílias.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.217.201 no período de janeiro a setembro de 2016 comparada a R\$987.204 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 23,30%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no período de janeiro a setembro de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$92.919.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$30.417 no período de janeiro a setembro de 2016 comparada a R\$207.374 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$35 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R\$81.503 no mesmo período de 2015, redução de 99,96%. Este resultado é decorrente do desligamento da UTE Igarapé, a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS). Dessa forma, a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação da usina.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$917.855 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R\$779.364 do mesmo período de 2015, um aumento de 17,77%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás Comprado para Revenda

No período de janeiro a setembro de 2016 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$623.503 comparada a uma despesa de R\$789.616 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 21,04%. Esta variação decorre, basicamente, da redução da quantidade de gás comprado (738.421m³ no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a 1.088.953m³ no mesmo período de 2015).

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729.442 envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No período de janeiro a setembro de 2016 a Companhia apurou um ganho líquido com equivalência patrimonial no montante de R\$47.260 comparados a um ganho líquido de R\$259.854 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre principalmente do prejuízo de R\$209.416 verificado em 2016 na participação na Renova Energia em função, basicamente, de perda em investimento na Terraform e baixa parcial de opção de venda com a SunEdison, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no período de janeiro a setembro de 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.052.824 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.088.447 no mesmo período de 2015. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- aumento de 42,98% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$1.432.576 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R\$1.001.935 no mesmo período de 2015. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento em 2016 da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 10,42% no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação a 9,55% no mesmo período de 2015;
- aumento da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$206.967 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R\$56.516 no mesmo período de 2015.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No período de janeiro a setembro de 2016, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$224.400 em relação ao lucro de R\$865.233 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 25,94%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$837.903 em relação ao Resultado de R\$3.023.748, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 27,71%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

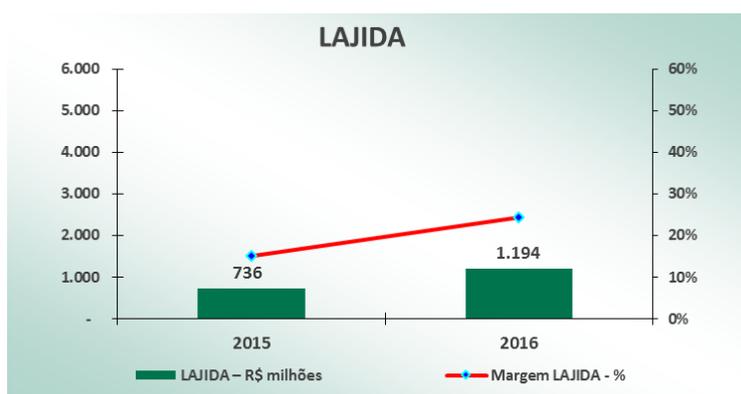
Resultado do Trimestre

A Cemig apresentou, no terceiro trimestre de 2016, um lucro líquido de R\$433.502 em comparação ao lucro líquido de R\$166.954 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 159,65%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 62,18% no terceiro trimestre de 2016 na comparação com o mesmo período de 2015:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2016	Terceiro Trim/2015	Var %
Resultado do Exercício	433.502	166.954	159,65
+ Despesa de IR e Contribuição Social	135.034	(632)	-
+ Resultado Financeiro	422.912	369.743	14,38
+ Depreciação e Amortização	202.480	200.123	1,18
= LAJIDA	1.193.928	736.188	62,18



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

No terceiro trimestre de 2016, o LAJIDA apresentou um crescimento de 62,18% em comparação ao mesmo período de 2015. Mais detalhes sobre os eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 61,42%, passando de 15,11% no terceiro trimestre de 2015 para 24,39% no terceiro trimestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.787.568 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a R\$5.640.810 no mesmo período de 2015, representando aumento de 2,60%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$5.025.744 no terceiro trimestre de 2016 comparada a R\$5.284.970 no mesmo período de 2015, representado uma redução de 4,90%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- redução de 4,32% no volume de energia vendida aos consumidores finais;
- redução da receita de bandeiras tarifárias, um montante de R\$347.973, no terceiro trimestre de 2015 na comparação a uma reversão de R\$429 em 2016, em função da alteração na bandeira tarifária, que foi verde no terceiro trimestre de 2016 e vermelha no terceiro trimestre de 2015, o que implicou no maior recebimento de valores no ano anterior;

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no terceiro trimestre de 2016, comparativamente às do mesmo período de 2015:

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh (1)		
	Terceiro Trim/2016	Terceiro Trim/2015	Var %
Residencial	2.389.353	2.363.902	1,08
Industrial	5.031.850	5.695.265	(11,65)
Comércio, Serviços e Outros	1.522.936	1.482.339	2,74
Rural	1.015.555	928.036	9,43
Poder Público	208.314	209.647	(0,64)
Iluminação Pública	338.892	333.947	1,48
Serviço Público	318.605	301.214	5,77
Subtotal	10.825.505	11.314.350	(4,32)
Consumo Próprio	8.528	8.808	(3,18)
	10.834.033	11.323.158	(4,32)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.006.675	2.032.579	47,92
Total	13.840.708	13.355.737	3,63

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 11,65% na energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No terceiro trimestre de 2016, a receita foi de R\$511.552 comparada a R\$446.345 do mesmo período de 2015, aumento de 14,61%.

Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento de 16,30% no volume de energia transportada devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$273.498 no terceiro trimestre de 2016, em comparação a uma constituição de R\$543.937 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em Leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$87.198 no terceiro trimestre de 2016 comparada a R\$173.791 no mesmo período de 2015, uma redução de 49,83% decorrente, principalmente, da redução de 43,57% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no mercado atacadista (R\$115,01/MWh em 2016 e R\$203,82/MWh em 2015).

Receita de Indenização de Transmissão

No terceiro trimestre de 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$99.742, em comparação a R\$5.677 no mesmo período de 2015.

Os valores registrados em 2016 foram impactados pelos efeitos da Portaria nº 120 que prevê que o valor devido da indenização deve ser composto por parcelas de Remuneração e Depreciação (QRR), atualizados pelo IPCA e remuneração de acordo com o custo do capital próprio de 10,44% a.a.. Até maio de 2016 a correção era feita exclusivamente com base na variação do IGP-M.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Redução da receita com ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, sendo o montante de R\$1.313 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$88.990 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se à redução da base de remuneração da Cemig D após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 destas Informações contábeis Intermediárias.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$339.634 no terceiro trimestre de 2016 comparada a R\$415.187 no mesmo período de 2015, uma redução de 18,20%, decorrente basicamente da diminuição de gás vendido (238.440m³ no terceiro trimestre de 2016 comparados a 330.557m³ no terceiro trimestre de 2015).

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão, distribuição e gás) foram de R\$334.122 no terceiro trimestre de 2016 comparadas a R\$279.701 no mesmo período de 2015, apresentando aumento de 19,46%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, apresentaram um aumento de 17,24% nos períodos comparados (R\$517.846 no terceiro trimestre de 2016, em comparação a R\$441.713 no mesmo período de 2015).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$2.509.870 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R\$3.163.285 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 20,66%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e têm como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$571.148 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R\$859.323 no mesmo período de 2015.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Reserva Global de Reversão - RGR

A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos em exercícios anteriores referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. A Aneel, em 2016, julgou procedente o recurso da Companhia, tendo sido reconhecido no resultado deste ano uma recuperação de despesa no valor de R\$50.388.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Redução dos Encargos relativos às Bandeiras Tarifárias em função da alteração na bandeira tarifária, que foi verde no terceiro trimestre de 2016 e vermelha no terceiro trimestre de 2015. No terceiro trimestre de 2016, houve uma reversão de R\$429 nos Encargos do Consumidor referentes a Bandeiras Tarifárias, comparada a uma dedução da receita de R\$347.973 no mesmo período de 2015.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais não apresentaram variação expressiva nos trimestres comparados, sendo R\$3.937.376 no terceiro trimestre de 2016 e R\$4.495.757 no mesmo período de 2015. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.170.348 no terceiro trimestre de 2016 comparada a R\$2.534.554 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 14,37%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 33,54% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$650.259 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$978.368 no mesmo período de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- redução de 43,41% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$273.070 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$482.579 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre, principalmente da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês no terceiro trimestre de 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$215.504 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$274.972 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 21,63%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram um reversão de R\$19.375 no terceiro trimestre de 2016, comparadas a constituição de R\$151.424 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre, basicamente, da reversão de provisão nas opções de investimento da Parati no montante de R\$166.767. Mais detalhes sobre os critérios de reversão podem ser obtidos na nota explicativa nº 13 (Opções de Venda).

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$373.986 no terceiro trimestre de 2016 comparada a R\$318.057 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 17,58%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.
- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$29.034.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$24.217 no terceiro trimestre de 2016 comparada a R\$62.158 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$8 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R\$6.532 no mesmo período de 2015. Este resultado é decorrente do desligamento da UTE Igarapé, a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS). Dessa forma, a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação da usina.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$334.122 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R\$279.701 do mesmo período de 2015, um aumento de 19,46%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás Comprado para Revenda

No terceiro trimestre de 2016 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$196.494 comparada a uma despesa de R\$265.694 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 26,04%. Esta variação decorre, basicamente, da redução da quantidade de gás comprado (234.926m³ no terceiro trimestre de 2016 comparados a 330.606m³ no terceiro trimestre de 2015).

Resultado de Equivalência Patrimonial

No terceiro trimestre de 2016 a Companhia apurou um ganho líquido com equivalência patrimonial no montante de R\$33.218 comparados a um ganho líquido de R\$164.044 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre principalmente, dos efeitos da participação Renova, cujo resultado de equivalência patrimonial, no terceiro trimestre de 2016, foi uma perda de R\$26.179 em comparação a um ganho de R\$118.946 no terceiro trimestre de 2015. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no terceiro trimestre de 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$422.912 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$369.743 no mesmo período de 2015. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- redução da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$19.403 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R\$24.228 no terceiro trimestre de 2015 em função do menor saldo de ativos de CVA em 2016;
- aumento da renda de aplicação financeira, que foi de R\$84.755 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$67.588 no mesmo período de 2015, decorrente, principalmente, do maior saldo de aplicações financeiras em 2016 e da variação do CDI no período (3,47% no terceiro trimestre de 2016 e 3,43% no terceiro trimestre de 2015);
- redução de 11,01% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$46.959 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$52.770 no mesmo período de 2015. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (1,04% no terceiro trimestre de 2016 em comparação a 1,39% no terceiro trimestre de 2015).
- aumento de 39,17% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$524.775 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R\$377.086 no mesmo período de 2015. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento em 2016 da dívida indexada ao CDI.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No terceiro trimestre de 2016, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$135.034 em relação ao lucro de R\$568.536 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,75%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2015, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$632 em relação ao Resultado de R\$166.322, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 0,38%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES (Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 (reapresentado)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	ALIANÇA GERAÇÃO	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	17.079.675	17.046.754	16.822.401	2.014.114	339.820	167.751	154.959	2.738.354	(13.176.284)	43.187.544	4.695.273	4.901.533	2.501.622	1.238.647	5.242.020	(8.110.781)	53.655.858
Caixa e Equivalentes de Caixa	397.333	296.356	866.632	24.777	5.176	10.002	9.821	82.981	-	1.693.078	255.376	326.325	28.544	153.441	150.962	-	2.607.726
Contas a Receber	-	749.052	2.720.204	74.685	32.203	6.378	5.616	56.387	(18.851)	3.625.674	109.830	770.586	33.055	56.076	62.307	(17.704)	4.639.824
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financ.	118.280	154.616	442.128	63.440	9.194	21.083	25.418	195.415	(83.469)	946.105	45.313	-	-	-	75.858	(27.574)	1.039.702
Tributos	1.051.800	182.164	1.299.701	54.635	15.920	156	460	1.597	-	2.606.433	266.388	429.002	63.136	7.275	18.122	-	3.390.356
Outros Ativos	974.462	974.215	1.871.497	477.851	6.233	4.951	1.645	44.019	(455.699)	3.899.174	46.105	534.294	144.345	151.936	539.042	(92.678)	5.222.218
Invest./Imob./Intang./Fin. de Concessão	14.537.800	14.690.351	9.622.239	1.318.726	271.094	125.181	111.999	2.357.955	(12.618.265)	30.417.080	3.972.261	2.841.326	2.232.542	869.919	4.395.729	(7.972.825)	36.756.032
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.079.675	17.046.754	16.822.401	2.014.114	339.820	167.751	154.959	2.738.354	(13.176.284)	43.187.544	4.695.273	4.901.533	2.501.622	1.238.647	5.242.020	(8.110.781)	53.655.858
Fornecedores e suprimentos	8.455	339.216	1.029.342	231.061	11.994	11.965	5.601	10.668	(28.094)	1.620.208	15.435	478.958	72.779	9.918	187.708	(21.349)	2.363.657
Empréstimo, Financ. e Debêntures	-	8.821.918	7.207.488	286.589	36.521	-	-	4	(83.469)	16.269.051	1.875.242	2.215.066	1.501.351	138.348	1.555.968	(27.574)	23.527.452
Juros sobre capital próprio e Dividendos	572.601	350.000	-	45.667	-	-	-	32.771	(428.207)	572.832	2	15.098	-	-	3.867	(18.967)	572.832
Obrigações Pós-Emprego	325.173	757.052	2.332.780	-	-	-	-	-	-	3.415.005	-	15.521	-	-	-	-	3.430.526
Tributos	20.754	936.551	1.589.174	298.088	8.125	42.635	3.433	21.465	-	2.920.225	831.153	567.861	39.888	40.569	66.055	-	4.465.751
Outros Passivos	1.901.052	401.905	1.572.573	167.260	98.372	943	1.132	9.364	(18.266)	4.134.335	103.432	451.391	152.313	139.398	67.026	(8.143)	5.039.752
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.251.640	5.440.112	3.091.044	985.449	184.808	112.208	144.793	2.664.082	(12.618.248)	14.251.640	1.870.009	1.157.638	735.291	910.414	3.361.396	(8.034.748)	14.255.888
Atribuído a Part. de acionistas controladores	14.251.640	5.440.112	3.091.044	981.201	184.808	112.208	144.793	2.664.082	(12.618.248)	14.251.640	1.870.009	1.157.638	735.291	910.414	3.361.396	(8.034.748)	14.251.640
Participação de acionista não controlador	-	-	-	4.248	-	-	-	-	-	4.248	-	-	-	-	-	-	4.248
RESULTADO																	
Receita Operacional Líquida	582	4.925.144	8.000.957	847.565	99.711	49.025	45.572	296.590	(158.408)	14.106.738	616.802	2.313.133	198.134	266.611	320.404	(242.533)	17.579.289
Custos e Despesas Operacionais	(349.589)	(3.255.570)	(7.886.967)	(741.892)	(72.204)	(23.848)	(15.580)	(36.622)	146.331	(12.235.941)	(91.091)	(2.180.244)	(126.909)	(117.997)	(278.648)	85.103	(14.945.727)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(2.291.737)	(3.857.716)	-	-	(7.484)	(1.689)	(4.093)	36.261	(6.126.458)	-	(1.493.548)	(17.846)	(19.888)	(79.555)	169.407	(7.567.888)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(227.533)	(605.478)	-	-	-	(2.195)	(2.992)	96.782	(741.416)	-	-	(51.743)	(13.740)	(10.679)	50.036	(767.542)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(623.503)	-	-	-	-	-	(623.503)	-	-	-	-	-	-	(623.503)
Custo de construção	-	(36.405)	(854.060)	(27.390)	-	-	-	-	-	(917.855)	(14.101)	(226.202)	-	-	(3.250)	-	(1.161.408)
Pessoal	(26.587)	(280.858)	(852.103)	(30.424)	(17.546)	(1.557)	(1.016)	(7.110)	-	(1.217.201)	(38.074)	(94.804)	(5.981)	(10.140)	(49.328)	-	(1.415.528)
Participação dos Empregados no Resultado	3.024	(6.135)	(26.939)	-	-	(107)	(163)	(97)	-	(30.417)	(4.971)	-	(847)	(2.141)	(89)	-	(38.465)
Obrigações Pós-Emprego	(27.188)	(55.550)	(165.845)	-	-	-	-	-	-	(248.583)	-	-	-	-	-	-	(248.583)
Materiais	(52)	(9.276)	(29.226)	(1.387)	(74)	(402)	(159)	(422)	28	(40.970)	(11.075)	(14.560)	(1.194)	(673)	(1.929)	-	(70.401)
Serviços de Terceiros	(6.226)	(96.443)	(472.356)	(11.135)	(16.523)	(4.506)	(3.612)	(13.868)	22.863	(601.806)	(15.965)	(120.858)	(8.289)	(24.867)	(37.597)	8.845	(800.537)
Depreciação e Amortização	(382)	(141.468)	(367.753)	(40.402)	(24.949)	(4.257)	(3.275)	(7.268)	(11.443)	(601.197)	(1.225)	(120.273)	(50.032)	(44.418)	(61.237)	(150.775)	(1.029.157)
Provisões Operacionais	(280.532)	(63.106)	(370.553)	-	294	-	(341)	1	-	(714.237)	65	(101.197)	10.670	642	1.634	-	(802.423)
Outras Despesas Líquidas	(11.646)	(47.059)	(284.938)	(7.651)	(13.406)	(5.535)	(3.130)	(773)	1.840	(372.298)	(5.745)	(8.802)	(1.647)	(2.772)	(36.618)	7.590	(420.292)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financ.	(349.007)	1.669.574	113.990	105.673	27.507	25.177	29.992	259.968	(12.077)	1.870.797	525.711	132.889	71.225	148.614	41.756	(157.430)	2.633.562
Resultado de Equivalência Patrimonial	842.337	3.601	-	-	(25.648)	-	-	-	(773.030)	47.260	782	(35.651)	-	(1.364)	(61.872)	(4.510)	(55.355)
Resultado com Reorganização Societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	77.057	124.567	597.394	11.548	3.275	2.407	2.188	16.755	-	835.191	125.421	33.343	12.684	14.366	(24.945)	-	996.060
Despesa Financeira	(4.332)	(1.002.164)	(847.214)	(29.073)	(5.047)	(80)	(18)	(87)	-	(1.888.015)	(292.003)	(170.063)	(109.631)	(15.780)	(139.922)	-	(2.615.414)
Resultado antes do IR e CSLL	566.055	795.578	(135.830)	88.148	87	27.504	32.162	276.636	(785.107)	865.233	359.911	(39.482)	(25.722)	145.836	(184.983)	(161.940)	958.853
Imposto de Renda e Contribuição Social	74.508	(260.649)	23.223	(25.250)	(1.962)	(9.324)	(2.574)	(22.372)	-	(224.400)	(65.737)	707	(3.097)	(41.149)	15.656	-	(318.020)
Resultado do Período	640.563	534.929	(112.607)	62.898	(1.875)	18.180	29.588	254.264	(785.107)	640.833	294.174	(38.775)	(28.819)	104.687	(169.327)	(161.940)	640.833
Participação dos acionistas controladores	640.563	534.929	(112.607)	62.828	(1.875)	18.180	29.588	254.264	(785.107)	640.563	294.174	(38.775)	(28.819)	104.687	(169.327)	(161.940)	640.563
Participação de acionista não controlador	-	-	-	270	-	-	-	-	-	270	-	-	-	-	-	-	270
	640.563	534.929	(112.607)	62.898	(1.875)	18.180	29.588	254.264	(785.107)	640.833	294.174	(38.775)	(28.819)	104.687	(169.327)	(161.940)	640.833

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30/09/2016, reuniu-se 22 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2016, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2018.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 17.355 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:
 1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
 2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
 3. Comitê de Recursos Humanos;
 4. Comitê de Estratégia;
 5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
 6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$17.355 mil;
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 30/06/2016 foram realizadas 28 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2016, até o mês de setembro, foram realizadas 9 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
 - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
 - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
 - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>
- Principais responsabilidades e atribuições:
 - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco otimizam os investimentos no controle da atividade, reduzem os custos, melhoram a performance e consequentemente favorecem o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Além disso, entre os requisitos avaliados para a permanência da Companhia na composição de índices como o Dow Jones de Sustentabilidade e o de Sustentabilidade Empresarial – ISE destaca-se a necessidade de implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos.

O processo de gestão de riscos na Cemig foi iniciado em 2003 e vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se a criação, em 2012, do Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC responsável pelo monitoramento do processo tendo ainda como atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (ii) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e (iii) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa. O CMRC se reúne bimestralmente.

Em 2013, foi implantada uma nova plataforma tecnológica, exclusiva para gerenciamento de riscos, módulo SAP RM (Risk Management) que viabilizou, entre outros, que o processo de mapeamento de riscos seja feito continuamente à medida que a atualização das informações, verificações e avaliações dos controles e planos de ação se tornem tarefas agendadas a serem executadas pelos responsáveis dentro do próprio sistema, fazendo com que todos os agentes envolvidos na gestão de riscos tenham papéis e responsabilidades determinadas e acompanhadas, com minimização de custos e de recursos humanos para a sua realização e controle. Além disso, existe um fluxo realizado por uma área independente para avaliação periódica dos controles no intuito de auditar a efetividade do processo.

Em 2015, ocorreu a efetivação plena da plataforma, gerando relatórios confiáveis e obtendo percepções de relações entre os riscos mapeados.

Em 2015, novas iniciativas foram implementadas. Destaque para:

- Ajustes na metodologia-padrão de gerenciamento de riscos (novo modelo de segmentação dos riscos, forma de quantificação dos impactos e abordagem no levantamento das informações incorporando também a visão “Top Down”);
- Revisão/atualização da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Mapeamento dos principais riscos corporativos (“Top Risks”) e alguns relacionados ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig;
- Aprovação da matriz de riscos corporativos e das premissas de apetite a riscos pelo Conselho de Administração.

No processo de levantamento dos “Top Risks” foi feita uma pesquisa com os Superintendentes da Companhia com o propósito de levantar os principais temas corporativos a serem monitorados, tais como: perda de concessão, grau de endividamento, liquidez, indicadores de disponibilidade e confiabilidade e glosa. O produto deste trabalho gerou uma matriz que expressa a avaliação conjunta do impacto e probabilidade de ocorrência do risco.

Especialmente quanto ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig foram identificados os riscos relacionados ao uso da água, manejo de vegetação, mortandade de peixes, acidentes ambientais com óleo/logística de material, cumprimento de condicionantes ambientais, entre outros. A Cemig adota medidas de mitigação e gerenciamento de exposição alinhadas com as premissas de apetite a risco.

Em 2016 foi criada a Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos (GC), subordinada à Presidência, permitindo assim maior independência nos trabalhos.

Além disso, a Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interação, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação.

A atualização do documento ocorreu em 2016.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av. Barbacena 1200 SA/17°/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/09/2016

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	8.593.159	1,03	8.649.862	0,69
Total Controlador	214.471.442	50,97	8.593.159	1,03	223.064.601	17,72
AGC Energia S/A (1)	84.357.856	20,05	-	-	84.357.856	6,70
FIA Dinâmica Energia S/A	41.232.754	9,80	56.947.990	6,80	98.180.744	7,80
BNDESPAR	54.342.992	12,92	26.220.938	3,13	80.563.930	6,40

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/09/2016

	30/09/2016	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	8.593.159
Conselho de Administração	100.001	167.355
Diretoria Executiva	1.412	517
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	206.191.784	828.755.266
TOTAL	420.764.708	838.076.946

Relações com Investidores

No ano de 2015, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2016, pelo 21º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores às aquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
 - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor Vice-Presidente
(cumulativamente)

Adézio de Almeida Lima

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor de Distribuição e Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves

Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins

Diretor de Relações e Recursos Humanos

José de Araújo Lins Neto

Diretor de Gestão Empresarial

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Dimas Costa

Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Raul Lycurgo Leite

Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães

Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita

Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260